



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

RUI MIGUEL GOMES SIMÃO

O Instituto Regnum Dei (1963-1970)
A vivência da caridade na Região Pastoral de Setúbal,
na efervescência do II Concílio do Vaticano

Dissertação Final
sob orientação de:
Prof. Doutor Paulo F. de Oliveira Fontes

Lisboa
2013

INTRODUÇÃO

«O Instituto Regnum Dei (1963-1970): a vivência da caridade na Região Pastoral de Setúbal, na efervescência do II Concílio do Vaticano» foi o tema escolhido para esta dissertação de Mestrado Integrado em Teologia da Faculdade de Teologia na Universidade Católica Portuguesa. Aborda a história de um Instituto, designado Regnum Dei, que proporcionou uma experiência de evangelização a padres e a leigos na actual Diocese de Setúbal. Ele teve como pano de fundo a evangelização de zonas descristianizadas segundo o carisma do seu fundador, o Padre Fernando Maurício (1928-1963). Porém, logo no seu início, este Instituto sofreu um forte abalo com a morte do seu fundador, e posto isto, o Instituto apenas perdurou sete anos. Desta experiência, existe agora um livro “Presença e Missão” de Elisário Sousa (um dos membros do Instituto Regnum Dei) que vem fazer memória daquilo que viveram e testemunharam. Ao fazer-se memória, mostra a importância que o Instituto teve para os seus membros e para a Igreja de Setúbal, de tal modo que não querem que esta experiência caia no esquecimento.

Contudo, esta preocupação do Instituto Regnum Dei, não pode ser descontextualizada daquela que é também a preocupação geral da Igreja portuguesa na época: a evangelização. De facto, para chegar ao conhecimento da experiência vivida pelo Instituto Regnum Dei, parti da minha inquietação que residia mais no estudo da acção social da Igreja desde a *Rerum Novarum* de Leão XIII, com acento na sua aplicação em Portugal. Aí, percebi que o estudo da acção deste Instituto não se podia desligar do estudo da acção social da Igreja Católica. Assim, fui-me convencendo do interesse do objecto de estudo da dissertação, conhecendo a importância do Instituto na Igreja e para a Igreja, apesar de só ter persistido sete anos. É no

terceiro capítulo que analisaremos o Instituto Regnum Dei, enquadrando-o dentro da realidade do Patriarcado de Lisboa e procurando no fim conhecer os seus frutos para a Igreja de Setúbal.

Mas para melhor compreender a novidade que nos trouxe o Instituto Regnum Dei, é preciso perceber a evolução da Igreja na questão social. Assim, primeiramente, procurar-se-á conhecer o Papa Leão XIII e com ele, as preocupações que a Igreja vivia desde o século XIX. Deste modo, reconheceremos a importância para a Igreja da sua encíclica *Rerum Novarum*, encíclica esta que foi alvo de comemorações ao longo dos anos. De facto, desde a «*Rerum Novarum* à *Centesimus Annus*, de João Paulo II, os papas foram desenvolvendo a Doutrina Social da Igreja, ligando princípios evangélicos e novas realidades sociais»¹. Por isso, também a *Quadragesimo Anno* será lembrada, neste primeiro capítulo, como a primeira encíclica comemorativa da encíclica de Leão XIII, pelas mãos de Pio XI.

Depois num segundo ponto, vemos tornar-se realidade, pelas mãos de João XXIII e Paulo VI, o II Concílio do Vaticano. Por meio deste acontecimento, a Igreja congrega as várias linhas de reflexão existentes e reflecte também ela sobre a sua acção no mundo. De facto, pela *Gaudium et Spes*, a Igreja é convidada a pensar sobre si mesma e a analisar a sua missão no mundo. Nesta perspectiva, procurar-se-á salientar, tanto no primeiro como no segundo capítulo, a recepção em Portugal de todos estes momentos da vida da Igreja.

O esquema desta dissertação encontra-se assim dividido em três capítulos, tendo por base a periodização adoptada². Eles serão importantes para observarmos a evolução da questão social no seio da Igreja – desde Leão XIII ao II Concílio do Vaticano – e a novidade que trouxe o aparecimento do Instituto Regnum Dei.

¹ CLEMENTE, Manuel – *A Igreja no tempo: História breve da Igreja Católica*. Lisboa: Grifo, p. 114.

² cf. SARDICA, José – “A recepção da doutrina social de Leão XIII em Portugal”. *Lusitania Sacra* 16 (2004), p. 368-369. Este esquema não foi indiferente a uma periodização existente que divide a história da Doutrina Social da Igreja em quatro períodos: um primeiro período que corresponde ao pontificado de Leão XIII; um segundo período que se estende até ao II Concílio do Vaticano; um terceiro período marcado pelo próprio impacto renovador do II Concílio do Vaticano; e por fim, um quarto período marcado pelos papas pós-conciliares até João Paulo II.

CAPÍTULO I

A QUESTÃO SOCIAL NA IGREJA DESDE LEÃO XIII E A SUA EVOLUÇÃO ATÉ AO II CONCÍLIO DO VATICANO

1. A problemática social em Leão XIII com a encíclica *Rerum Novarum*

1.1. Leão XIII, o Papa dos trabalhadores

A 2 de Março de 1810, nasce em Carpineto, Vincenzo-Cioacchino Pecci, o futuro Papa Leão XIII. Pertencendo a uma família nobre, Pecci iniciaria os estudos no colégio dos jesuítas em Viterbo, e com eles os continuaria no Colégio Romano, vindo a doutorar-se em Direito Canónico e Civil³. Foi ordenado sacerdote em 1837 e um ano mais tarde, escreveu ao Cardeal Sala:

«Não tendo vocação para religioso [jesuíta], não renunciarei à carreira [diplomática] que tenho a honra de seguir. No entanto, devo confessar-vos, com a franqueza habitual, que me considerarei bem feliz (e peço-o ardentemente ao Senhor) se puder ver nesta carreira todas as minhas acções, e a própria prelatura, subordinadas ao carácter sacerdotal»⁴

Nesse mesmo ano (1838), o Padre Pecci era escolhido para Legado Apostólico. Em 1842, foi nomeado Núncio na Bélgica, sendo sagrado bispo em Janeiro de 1843. Até ser elevado ao cardinalato em 1853, D. Pecci visitou Colónia, Paris e Londres, adquirindo um conhecimento invulgar nos prelados italianos sobre a Europa parlamentar e industrial⁵.

³ cf. CLEMENTE, Manuel – *Os Papas do século XX*. Apelação: Paulus Editora, 2004, p. 13-14.

⁴ apud *Ibidem*, p. 14.

⁵ cf. *Ibidem*, p. 14-15.

Em 1878, morre Pio IX e a Igreja vivia sem prestígio externo e sem influência social, e só se esperava que a Igreja fosse desaparecendo lentamente da história⁶. Isto está patente no que dissera Pio IX antes de morrer:

«O meu sucessor deverá inspirar-se na minha dedicação à Igreja e no meu desejo de fazer o bem; quanto ao mais, tudo mudou à minha volta; o meu sistema e a minha política tiveram o seu tempo; mas eu estou velho demais para mudar de orientação; isso fica para o meu sucessor»⁷

E a 20 de Fevereiro de 1878, apesar da crise que a Igreja atravessava, o consistório conseguiu reunir e elegeram um homem firme nos princípios, acolhedor e interessado em todos os grandes problemas do seu tempo⁸, um homem que além intelectual e diplomático era um homem de piedade e humor: o Cardeal Pecci, que escolheu «o nome de Leão, o pontífice da sua juventude romana»⁹.

Leão XIII sabia que o mundo não se definia mais como cristão, e procurou distinguir os temas de pensamento incompatíveis com a doutrina católica das realidades do mundo, com o fim de torná-las realidades cristãs¹⁰. Então, publicou documentos onde se sobressaía a sua formação humanista, como a *Immortale Dei* (1885), onde fundou «um novo relacionamento entre a Santa Sé e os Estados»¹¹, instigando os católicos a participarem na vida política dos seus países. Este pensamento de Leão XIII também teve os seus efeitos em Portugal, começando a desenvolver junto dos católicos portugueses a «consciência da necessidade de criar uma forte acção católica completamente desvinculada dos partidos»¹²: a *Pergrata nobis* (1886), pedindo «aos nossos católicos que distinguíssem mais a causa religiosa das respectivas sensibilidades políticas»¹³. Jean-François Six afirma que o Papa «formulou dois

⁶ cf. COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – *Gaudium et Spes: uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*. Lisboa: Rei dos Livros, 1988, p. 298.

⁷ CLEMENTE, Manuel – *Os Papas do século XX*, p. 13.

⁸ cf. COMBY, Jean – *Para ler a História da Igreja: Da Revolução Francesa (1789) aos nossos dias*. Porto: Editorial Perpétuo Socorro, p. 53.

⁹ CLEMENTE, Manuel – *Os Papas do século XX*, p. 16.

¹⁰ cf. PIERRARD, Pierre – *História da Igreja*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982, p. 251.

¹¹ cf. CLEMENTE, Manuel – *Os Papas do século XX*, p. 17.

¹² FERREIRA, António Matos – *Perspectivas sobre o catolicismo no Portugal Contemporâneo: 1820-1958*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1988, p. 11.

¹³ CLEMENTE, Manuel – *Os Papas do século XX*, p. 18.

princípios que continham um germe activo de desenvolvimento e o próprio fundamento da possibilidade de diálogo: o princípio de liberdade de consciência religiosa como garantia dos direitos da pessoa; o princípio do bem comum como norma de fidelidade ao Estado»¹⁴.

A questão social foi uma reflexão que esteve sempre presente no seio da Igreja, mas é no pontificado de Leão XIII que «esta mesma Igreja sentiu a necessidade de pensar de uma maneira mais articulada a sua visão da realidade social e a sua presença numa sociedade que estava a mudar a grande velocidade»¹⁵. A sociedade mudava a grande velocidade com a industrialização, mobilização e a crescente mobilidade social a par da afirmação do socialismo e do anarquismo, e por isso esta atenção à questão social, levou a Igreja a confrontar-se com o pensamento da sociedade, considerando certas perspectivas e soluções que não partiam de uma visão confessional ou religiosa¹⁶. Este trabalho veio a dar frutos com o surgimento da *Rerum Novarum*, a 15 de Maio de 1891, num documento fundamental para a Doutrina Social da Igreja, onde aparece a resposta à questão social pela sistematização das várias linhas de pensamento que se tinham desenvolvido ao longo do século XIX. Esta resposta procurava vir em defesa dos membros das classes inferiores, denunciando a imerecida miséria dos trabalhadores¹⁷.

A *Rerum Novarum* causou um verdadeiro impacto na sociedade e não podia receber melhor acolhimento, mas a sua importância situa-se no interior da Igreja, dado que apela «aos católicos que considerem o mundo em que vivem e que se situem no quadro das instituições vigentes»¹⁸. A encíclica estabelece como condição indispensável para a paz social, o bom relacionamento entre patrões e operários, numa justa interpretação de direitos e deveres, com interesses solidários entre o trabalho e o capital e assim, com critérios simples, mas válidos

¹⁴ PIERRARD, Pierre – *História da Igreja*, p. 252.

¹⁵ FONTES, Paulo – “Doutrina Social da Igreja em Portugal: reflexões para um debate acerca da cidadania”. In *Cidadania pessoal responsabilidade colectiva*. Lisboa: Paulinas, 2001, p. 156.

¹⁶ cf. *Ibidem*, p. 159.

¹⁷ cf. CLEMENTE, Manuel – *Os Papas do século XX*, p. 18-19.

¹⁸ COMBY, Jean – *Para ler a História da Igreja: Da Revolução Francesa (1789) aos nossos dias*, p. 99.

por muito tempo, resolveu uma questão que estava a prejudicar o organismo social¹⁹. Com esta perspectiva, Leão XIII procurou anular o crescimento socialista e anarquista, orientando os trabalhadores para a Igreja, facto que veio a sentir-se com as sucessivas peregrinações a Roma, num acto de gratidão ao Papa, aclamado como o Papa dos trabalhadores.

Leão XIII foi um incansável defensor do rebanho que lhe fora confiado, e conservando impressionante lucidez até ao fim, Leão XIII morre com 93 anos a 20 de Julho de 1903²⁰. O que permanece em todo o seu pontificado é a vontade de restauração cristã na procura da construção de uma sociedade nova, transformada a partir do mundo industrializado, numa atitude solidária e fraterna para com as categorias desfavorecidas da sociedade²¹.

1.2. A *Rerum Novarum*: a “magna carta” da Doutrina Social da Igreja

No século XIX, a questão social agravou-se com o *industrialismo* europeu e americano, através da substituição da mão-de-obra pelas máquinas e com a formação de sociedades de elevado capital que originou um grande contraste entre os lucros dos accionistas e o salário miserável dos operários²². Surge, então, o socialismo que se opunha ao capitalismo e propunha revolucionar no direito à *propriedade particular*, instaurando a *propriedade colectiva*²³. Por outro lado, o liberalismo procurou ser outra solução para a questão social.

«A liberdade absoluta causa a maior desigualdade porque, não havendo leis que protejam os fracos e os pobres, estes estão destinados a sucumbir perante os ricos e os poderosos. O operário na teoria será livre, mas na prática para não morrer de fome deverá aceitar o salário que o patrão lhe impuser»²⁴

¹⁹ cf. GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*. Lisboa: Edições Paulistas, 1964, p. 312.

²⁰ cf. CLEMENTE, Manuel – *Os Papas do século XX*, p. 20.

²¹ cf. COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – *Gaudium et Spes: uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*, p. 300.

²² cf. GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*, p. 312.

²³ cf. *Ibidem*, p. 314.

²⁴ *Ibidem*, p. 313.

Ora, era necessário um meio termo que conciliasse estas duas tendências opostas. Então, a Igreja começa-se a preocupar pela problemática social pois ela entra «no âmbito duma questão moral: a da justiça e da caridade intimamente ligadas com o problema religioso»²⁵.

Em Portugal, graças ao contributo de Leão XIII, ainda antes da *Rerum Novarum*, desenvolvia-se o pensamento social católico²⁶. Contudo, carecia de uma unidade prática e militante maior, o que talvez não tenha sido possível pela dimensão da questão operária em Portugal ter sido menor em relação a outros países. Apesar disto, vemos que o movimento social católico também teve expressões em Portugal, como por exemplo pela «*Associação Protectora dos Operários*, fundada em Lisboa, em 1878, e com uma filial em Setúbal, a partir de 1881, foram os primeiros exemplos de obras sociais cristãs de caridade vocacionadas para o auxílio a todos os trabalhadores caídos na miséria»²⁷. No entanto, desde o reinado de D. Luís I (1862-1889) que os ataques à Igreja surgiam com o propósito de a destruir, ao inverso daquilo que víamos na primeira fase do liberalismo, em que os ataques surgiam com a aparência de a proteger²⁸. Ora, a Igreja «aparecia sobretudo como aliada da situação vigente e dos seus males e a sua doutrina era vista como irrelevante ou desmobilizadora, face à urgência de transformar revolucionariamente a sociedade»²⁹.

A *Rerum Novarum* foi a primeira posição sistemática da Igreja Católica sobre os problemas da sociedade. Surge no pontificado de Leão XIII e é considerada por variados teólogos e historiadores como a “magna carta” fundadora da Doutrina Social da Igreja³⁰.

«Leão XIII coroou com ela os esforços de pensamento e acção desenvolvidos durante décadas por muitos cristãos, dando-lhes a mais alta tutela e um impulso novo. Nela se requer a intervenção do Estado em defesa dos operários; se defende o direito de todos à propriedade privada, enquanto meio para a realização livre e responsável de cada

²⁵ GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*, p. 315.

²⁶ cf. CLEMENTE, Manuel – “A sociedade portuguesa à data da publicação da *Rerum Novarum*: o sentimento católico”. *Lusitania Sacra* 6 (1994), p. 49.

²⁷ SARDICA, José – “A recepção da doutrina social de Leão XIII em Portugal”, p. 375.

²⁸ cf. OLIVEIRA, Miguel de – *História da Igreja*. Lisboa: União Gráfica, 1959, p. 257.

²⁹ CLEMENTE, Manuel – “A sociedade portuguesa à data da publicação da *Rerum Novarum*: o sentimento católico”, p. 49.

³⁰ cf. SARDICA, José – “A recepção da doutrina social de Leão XIII em Portugal”, p. 367.

um; se define a justiça salarial, que há-de garantir a subsistência digna do operário; se deseja a colaboração de patrões e operários em associações mistas, sem excluir o direito dos segundos a organizarem-se em sindicatos exclusivamente seus»³¹

Olhando para as condições de produção e recepção da própria encíclica, vemos que ela surge como uma questão nova e com muito peso na sociedade de então, e ganha notabilidade no quadro do pensamento de Leão XIII e da acção da Igreja neste período³². A *Rerum Novarum* «corresponde a um momento de dinamização da intervenção dos católicos na sociedade, ela é fruto da reflexão e da acção já desenvolvida até essa ocasião»³³ e até mesmo as cartas pastorais do ainda Cardeal Pecci já continham alguns dos temas desenvolvidos na encíclica³⁴. Segundo Ildefonso Camacho, a *Rerum Novarum* teve cinco fases no seu processo de elaboração:

«Son las siguientes: 5 julio 1890: texto L (primer proyecto en italiano elaborado por el P. Matteo Liberatore). Probablemente se refiere al día que Mr. Volpini recibió los originales; septiembre 1890: texto Z (segundo proyecto en italiano elaborado por el Cardenal Tommaso Zigliara); 28 octubre 1890: Mr. Volpini recibe la orden de detener la traducción latina del texto Z; 17 noviembre 1890: comienzo de la traducción latina del texto Z' (fusión de los dos textos anteriores, todavía en italiano, cuyo autor no consta); 31 enero 1891: final de la traducción latina de dicho texto. Nace así el texto C; 21 abril 1891: final de la traducción latina del texto reelaborado por Mr. Boccali. Nace así el texto E; 10 mayo 1891: primera fecha prevista para la publicación del texto definitivo; 15 mayo 1891: fecha efectiva de publicación de la encíclica»³⁵

E também, são cinco os responsáveis pela encíclica: Liberatore, Zigliara, Boccali, Volpini e o próprio Leão XIII que teve intervenção ampla e directa na fase final³⁶. Temos assim a *Rerum Novarum* que se apresenta com uma introdução e duas partes: a introdução expõe a situação difícil da classe operária, como consequência da industrialização; uma primeira parte em que se analisa o socialismo, criticando e recusando as suas soluções; e por

³¹ CLEMENTE, Manuel – *A Igreja no tempo: História breve da Igreja Católica*, p. 113-114.

³² cf. FONTES, Paulo – “A Doutrina Social da Igreja numa perspectiva histórica”. In *Questões sociais, desenvolvimento e política: curso de Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 68-69.

³³ FERREIRA, António Matos – *Perspectivas sobre o catolicismo no Portugal Contemporâneo: 1820-1958*, p. 39.

³⁴ cf. PEREIRA, Fernando Micael – “Da questão operária ao desenvolvimento dos povos”. In *Corpo e Espírito da Europa*. Lisboa: Verbo, 1990, p. 185.

³⁵ CAMACHO, Ildefonso – *La encíclica “Rerum Novarum”: Su proceso de elaboración a través de los sucesivos textos preparatorios*. Granada: Facultad de Teología, 1984, p. 27.

³⁶ cf. *Ibidem*, p. 56.

fim, a segunda parte onde a Igreja manifesta o direito de intervir na questão social, alegando as suas soluções³⁷.

Então, a introdução apresenta «a triste situação em que vive a classe operária, devida em grande parte à supressão das Corporações, à falta de espírito cristão nas instituições e nas leis, e ao monopólio da produção e do comércio»³⁸. Por seu lado, toda a primeira parte surge para fazer frente ao socialismo, como afirma Ildefonso Camacho: «solo en su primera parte la encíclica tiene frente a sí al socialismo. El resto del documento tiene un tono bien diferente»³⁹. Lembra-nos a encíclica que o socialismo defende a luta de classes e pretende privar a propriedade privada, o que nega ao operário dispor do fruto do seu trabalho e impede-o de melhorar as condições de vida⁴⁰.

«Os socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares seja suprimida, que os bens de qualquer indivíduo sejam comuns a todos, e a sua administração pertença aos municípios ou ao Estado»⁴¹.

Tendo isto em conta, a segunda parte da *Rerum Novarum* reivindica para a Igreja o direito de intervir nesta questão social, apresentando soluções que procurem inculcar a prática de virtudes cristãs que podem tornar a vida económica num instrumento de elevação da dignidade do homem⁴². Assim, a Igreja afasta-se da posição do socialismo, apelando ao Estado que deve fazer tudo para proteger os direitos individuais, particularmente dos mais débeis. Por isso deve haver respeito pela propriedade privada, cabendo ao Estado a promoção de leis que assegurem isso mesmo⁴³. Aliás, o próprio Estado não se deve deixar ficar por aqui, adoptando o compromisso de promover da propriedade privada. Deste modo, «o operário que recebe um salário suficiente para acorrer com desafogo às suas necessidades e às da sua

³⁷ cf. SARDICA, José – “A recepção da doutrina social de Leão XIII em Portugal”, p. 372.

³⁸ GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*, p. 316.

³⁹ CAMACHO, Ildefonso – *Doctrina Social de la Iglesia: Una aproximación histórica*. Madrid: Ediciones Paulinas, 1991, p. 63-64.

⁴⁰ cf. GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*, p. 316.

⁴¹ LEÃO XIII – “*Rerum Novarum*”. In STILWELL, Peter (Org.) – *Os caminhos da Justiça e da Paz. Doutrina Social da Igreja. Documentos de 1891 a 1991*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2002, p. 41.

⁴² cf. GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*, p. 317.

⁴³ cf. CAMACHO, Ildefonso – *Doctrina Social de la Iglesia: Una aproximación histórica*, p. 77.

família, se for avisado, seguirá o conselho que parece dar-lhe a própria natureza: aplicar-se-á a ser poupado e agirá de forma que, com prudentes economias, vá juntando uma pequena poupança que lhe permita um dia a adquirir um modesto património»⁴⁴.

Em suma, a *Rerum Novarum* oferece uma alternativa ao socialismo⁴⁵: o direito de associação. A associação entre «os próprios patrões e operários muito podem contribuir para a solução destas questões com instituições destinadas a levar auxílio oportuno aos indigentes e a aproximar mais uma classe de outra»⁴⁶. Assim, acompanhando a evolução dos tempos e ultrapassada a barreira do egoísmo do grupo ou associação, «não é justo que o individuo ou a família sejam absorvidos pelo Estado, mas é justo, pelo contrário, que aquele e esta tenham a faculdade de proceder com liberdade, contanto que não atentem contra o bem geral e não prejudiquem ninguém»⁴⁷, pois é o governo interior é que dá vida a estas associações e são mais facilmente prejudicadas por acções do exterior⁴⁸.

A encíclica surge numa Europa dilacerada pela revolução industrial e marca uma tomada de posição da Igreja perante a sociedade moderna, enunciando princípios de justiça e o método mais prático para a sua aplicação⁴⁹. Leão XIII soube, assim, interpretar os sinais dos tempos, mostrando uma Igreja capaz de se adaptar às novas exigências e problemas. Em Portugal, a situação era igualmente precária, a viver uma grave crise social, política e cultural, e mostrando os bispos vontade de intervir também nesta questão social. A chegada da *Rerum Novarum* permitiu realizar aquilo que os bispos vinham a prometer, ficando-lhes a oportunidade de divulgar os seus ensinamentos e exortar ao seu cumprimento⁵⁰.

⁴⁴ LEÃO XIII – “*Rerum Novarum*”, p. 63-64.

⁴⁵ cf. CAMACHO, Ildefonso – *Doctrina Social de la Iglesia: Una aproximación histórica*, p. 85: «Es frecuente interpretar la *Rerum Novarum* como una respuesta al socialismo: éste se ha constituido en una amenaza para el orden social con su propuesta de abolición de la propiedad privada y su pretensión de igualdad de todos los hombres. Frente a él la Iglesia se siente en la obligación de salir al paso con una alternativa que consolide el derecho de propiedad como fundamento del orden social y garantice la armonía social en una sociedad donde la igualdad total no es más que una vana ilusión».

⁴⁶ LEÃO XIII – “*Rerum Novarum*”, p. 65.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 58.

⁴⁸ cf. JOÃO XXIII – “*Mater et Magistra*”. In STILWELL, Peter (Org.) – *Os caminhos da Justiça e da Paz. Doutrina Social da Igreja. Documentos de 1891 a 1991*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2002, p. 174.

⁴⁹ cf. PEREIRA, Fernando Micael – “Da questão operária ao desenvolvimento dos povos”, p. 187.

⁵⁰ cf. CLEMENTE, Manuel – “A sociedade portuguesa à data da publicação da *Rerum Novarum*: o sentimento católico”, p. 60.

«L'encyclique a connu presque immédiatement une grande diffusion au Portugal. La même année 1891 a vu la publication de diverses éditions en portugais, avec une ample divulgation: sous la forme d'opuscule autonome; comme texte publié dans des journaux catholiques; à travers des instructions pastorales recommandant aux curés de paroisse sa lecture aux fidèles»⁵¹

Como era de esperar, houve reacções negativas à publicação da *Rerum Novarum* e em 1895, surge uma tese apresentada em Coimbra por Afonso Costa em que afirma que Leão XIII apresentou ideias «em busca de um meio suficientemente ousado, para se poder conseguir um triunfo, momentâneo embora, para a Igreja, e se poder mostrar uma aparente força no seu organismo tão ameaçado de breve deperecimento»⁵². Para refutar esta tese, Fortunato de Almeida, intelectual católico, vem dizer que «“au lieu d'humbles ouvriers, observateurs de l'ordre et de la justice autant que de leur propre dignité, Mr. Afonso Costa voudrait des ouvriers turbulents et irrespectueux”»⁵³. Este debate mostra uma sociedade ligada a duas posições irreconciliáveis face à questão social.

Apesar disso, o certo é que a encíclica de Leão XIII secundarizou a questão política e valorizou a questão social, levando os católicos a privilegiar esse terreno para a presença da Igreja na sociedade⁵⁴. Após a *Rerum Novarum*, acentua-se a perspectiva de que importa mais que os operários tomem a iniciativa e responsabilidade das suas organizações e intervenham na sociedade, construindo-a com valores cristãos, de forma a resolver os problemas sociais existentes⁵⁵. Assim, o movimento social católico português estruturou-se e penetrou mais profundamente na problemática social.

⁵¹ FERREIRA, António Matos – “Questions autour de la répercussion au Portugal (1891-1911) de l'encyclique *Rerum Novarum*”. *Collection de l'école française de Rome* 232. Roma: École Française de Rome, 1997, p. 455-456.

⁵² SARDICA, José – “A recepção da doutrina social de Leão XIII em Portugal”, p. 377.

⁵³ apud FERREIRA, António Matos – “Questions autour de la répercussion au Portugal (1891-1911) de l'encyclique *Rerum Novarum*”, p. 460.

⁵⁴ cf. FONTES, Paulo – “A Doutrina Social da Igreja numa perspectiva histórica”, p. 83-84.

⁵⁵ cf. FERREIRA, António Matos – *Perspectivas sobre o catolicismo no Portugal Contemporâneo: 1820-1958*, p. 38.

Comprendemos hoje o grande serviço que a *Rerum Novarum* prestou à Igreja e ao mundo, recordando os deveres do Estado e os seus limites⁵⁶, situando-se num esforço doutrinário e programático de resposta às condições dos trabalhadores, numa atitude anti-liberal e anti-socialista⁵⁷. Como afirma Ildefonso Camacho:

«Podría parecer, como consecuencia de lo que acabamos de decir, que la encíclica “*Rerum Novarum*” es hoy ya una pieza de museo, carente por completo de actualidad. Y sin embargo, dicho documento representa un hito decisivo en la historia de la Iglesia contemporánea, que ha condicionado toda la actuación y la reflexión en materia social a lo largo del presente siglo»⁵⁸

2. A situação da Igreja em Portugal e o modelo do corporativismo do Papa Pio XI

2.1. A Igreja em Portugal no início do século XX

«O catolicismo português no século XX continua marcado pela perspectiva de restauração cristã da sociedade»⁵⁹

A Igreja atravessava um período marcado pela resistência à política laicizadora que a República pretendia implantar. Esta resistência deu origem a uma reorganização da Igreja, com vista à promoção de iniciativas que visavam a recristianização da sociedade⁶⁰. A República, acabaria por ser proclamada a 5 de Outubro de 1910 e a partir desta data, o Estado intensificou o conflito com a Igreja, manifestando a clara intenção de anular a acção da Igreja na sociedade, tentando confinar essa acção ao mínimo. Para isso, iniciou-se um processo legislativo hostil a 8 de Outubro, conforme o decreto do ministro da Justiça: Afonso Costa⁶¹.

⁵⁶ cf. GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*, p. 312.

⁵⁷ cf. FERREIRA, António Matos – *Perspectivas sobre o catolicismo no Portugal Contemporâneo: 1820-1958*, p. 39.

⁵⁸ CAMACHO, Ildefonso – *La enciclica “Rerum Novarum”*: Su proceso de elaboración a traves de los sucesivos textos preparatórios, p. 21.

⁵⁹ FONTES, Paulo – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Org.) – *História religiosa de Portugal. Religião e Secularização (Volume III)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 129.

⁶⁰ cf. *Ibidem*, p. 129.

⁶¹ cf. OLIVEIRA, Miguel de – *História da Igreja*, p. 258-259.

E com a *Lei da Separação*, publicada a 20 de Abril de 1911, vimos a «expressão máxima dos ataques à Igreja Católica e às suas instituições»⁶².

Da parte da Igreja, houve uma reacção com o Papa Pio X a vir responder solenemente pela encíclica *Jamdulum in Lusitania*, de 24 de Maio de 1911. Também os bispos portugueses reagiram desenvolvendo uma “Pastoral”, que era lida nas igrejas contra a vontade do Governo. Por causa disto, D. António Barroso, Bispo do Porto, foi chamado a Lisboa por Afonso Costa, declarando-o destituído das suas funções de bispo. No fim, apesar de todas estas medidas da República para anular a acção da Igreja – a separação da Igreja do Estado; o corte das relações diplomáticas com a Santa Sé; a expulsão dos bispos das suas dioceses; e a proibição do uso, em público, do hábito eclesiástico – só teve como resultado a restauração da própria Igreja⁶³.

«Precisavam os católicos de se organizar em campo superior às dissensões partidárias, para reconquistarem o livre exercício dos seus direitos e defenderem os interesses religiosos. Os esforços nesse sentido adquiriram coesão depois do “Apelo” do Episcopado sobre a necessidade da *União Católica* (10 Jul. 1913)»⁶⁴

Já com Bento XV, a situação da Igreja em Portugal ia-se alterando, com o restabelecimento das relações com a Santa Sé em 1918. Tal restabelecimento não seria possível, se antes não tivesse sido levado a cabo a revolução em Portugal pelo governo de Sidónio Pais⁶⁵. Portanto, a Igreja em Portugal, que havia sido vítima de uma política laicizadora, esperava agora por melhores dias, que favorecessem uma rápida reorganização⁶⁶.

⁶² OLIVEIRA, Miguel de – *História da Igreja*, p. 260.

⁶³ cf. ALMEIDA, Roque de – *Para ler a História da Igreja em Portugal*. Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1996, p. 196-197.

⁶⁴ OLIVEIRA, Miguel de – *História da Igreja*, p. 261.

⁶⁵ cf. *Ibidem*, p. 261-262.

⁶⁶ cf. ALMEIDA, Roque de – *Para ler a História da Igreja em Portugal*, p. 199-200.

2.2. O Papa Pio XI e a *Quadragesimo Anno*

A 6 de Fevereiro de 1922, foi eleito o Cardeal Achile Ratti, que tomou o nome de Pio XI. Este homem de sessenta e cinco anos, só havia exercido por cinco meses uma função pastoral, dado que a sua carreira fora a de um diplomata. Era considerado um homem atarracado, vivaz, autoritário, prodigiosamente inteligente e culto⁶⁷.

«deu a bênção da janela exterior, o que os Papas não faziam desde 1870: “Quero que a minha primeira bênção vá, como penhor da paz a que aspira a humanidade, não só para Roma e a Itália, mas para toda a Igreja e o mundo inteiro. Dá-la-ei da varanda exterior de São Pedro”»⁶⁸

Pio XI nasceu no seio de uma família da burguesia industrial da Lombardia a 31 de Maio de 1857. Andou num seminário diocesano de Milão, tendo vindo a concluir os estudos em Roma, na Universidade Gregoriana, onde se doutorou em Filosofia, Direito Canónico e Teologia. A 13 de Junho de 1921, Bento XV torna-o Cardeal e nomeia-o Arcebispo de Milão, mas como já tivemos oportunidade de constatar, foi curta esta experiência, dado que poucos meses depois, a Igreja chamava-o para suceder a Bento XV⁶⁹. Pio XI deu início ao seu pontificado acreditando que «a mensagem social do Evangelho tem virtualidades para transformar as relações sociais do seu tempo, e conformá-las com o plano de Deus»⁷⁰. Para isso, definiu um novo projecto para restaurar a ordem social cristã: a Acção Católica, que nasce com Pio XI, como uma nova proposta de apostolado⁷¹. A Acção Católica é, no dizer de Pio XI, a «“participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja”, sob a direcção dos bispos, de quem recebe “mandato”»⁷², representando uma nova forma da presença da Igreja na sociedade. Como se dizia na época, com Pio XI a Igreja passou à “reconquista cristã”,

⁶⁷ cf. PIERRARD, Pierre – *História da Igreja*, p. 263.

⁶⁸ CLEMENTE, Manuel – *Os Papas do século XX*, p. 39.

⁶⁹ cf. *Ibidem*, p. 37-39.

⁷⁰ COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – *Gaudium et Spes: uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*, p. 301.

⁷¹ cf. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja em Portugal”. *Lusitania Sacra* 6 (1994), p. 63.

⁷² *Ibidem*, p. 67.

lutando por trazer para a Igreja, um mundo em grande parte afastado ou mesmo exterior à Igreja⁷³.

No que à questão social diz respeito, Pio XI pela *Quadragesimo Anno* (15 de Maio de 1931) retoma o discurso da *Rerum Novarum* e amplia ainda mais as suas conclusões, nas comemorações do 40º aniversário desta encíclica de Leão XIII⁷⁴. Pio XI procura pôr em evidência os frutos que a sociedade obteve a partir da *Rerum Novarum*, a mensageira do pensamento social cristão, mas como nos mostra Ildefonso Camacho, vai mais longe:

«En comparación con *Rerum Novarum*, lo primero que suele destacarse en esta encíclica es la mayor ambición de su título. Si la de León XIII quería tratar sobre “la situación de los obreros”, Pio XI pretende pronunciarse “sobre la restauración del orden social y su perfeccionamiento de conformidad con la ley evangélica”»⁷⁵

Portanto, Pio XI ganha maior expressão quando ao lutar pela justiça social, aponta através da *Quadragesimo Anno* «os fundamentos e valores morais com que se deveria construir a “nova ordem social”, assente numa concepção orgânica e corporativa da sociedade»⁷⁶. Então, apresenta-se como solução: o corporativismo, que permitiria reforçar a harmonia social, visando a criação de uma sociedade mais justa. Então, para além de um longo enunciado de temas que advém da *Rerum Novarum* de Leão XIII, tais como a distribuição mais equitativa da riqueza, a integração dos trabalhadores nas empresas, surgem também temas relacionados com a questão da autoridade e a relação dos povos com o Estado, através do princípio da subsidiariedade⁷⁷, que fundamenta a descentralização do poder político e económico, uma questão presente particularmente num tempo de ditaduras.

«Deixe, pois, a autoridade pública ao cuidado de associações inferiores aqueles negócios de menor importância, que a absorveriam demasiado. Poderá então desempenhar mais livre, enérgica e eficazmente o que só a ela compete, porque só ela o pode fazer: dirigir, vigiar, urgir e reprimir, conforme os casos e a necessidade requirem. Persuadam-se todos os que governam de que quanto mais perfeita ordem hierárquica reinar entre as várias associações, segundo este princípio da função

⁷³ cf. CLEMENTE, Manuel – *A Igreja no tempo: História breve da Igreja Católica*, p. 116-117.

⁷⁴ cf. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja em Portugal”, p. 66.

⁷⁵ CAMACHO, Ildefonso – *Doctrina Social de la Iglesia: Una aproximación histórica*, p. 120.

⁷⁶ FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja em Portugal”, p. 66.

⁷⁷ cf. IDEM – “A Doutrina Social da Igreja numa perspectiva histórica”, p. 89.

“subsidiária”, tanto maiores serão a autoridade e a eficácia sociais, e tanto mais feliz e fecundo será o estado da nação»⁷⁸

Em Portugal, a revolução de 28 de Maio de 1926, viria a apresentar-se como restituindo à Igreja a liberdade que a República maçónica de 1910 lhe havia roubado. Portugal tornar-se-ia uma república unitária corporativa, da qual Salazar seria senhor em 1928⁷⁹. No entanto, os documentos de maior importância na relação com a Igreja foi a Constituição política de 1933 e a Concordata de 1940, onde o Estado reconhece personalidade jurídica à Igreja e permite ampla liberdade religiosa.

«O Estado reconhece a liberdade de crenças, práticas religiosas e ensino; assegura a constituição e defesa da família; orienta o seu ensino pelos princípios e doutrinas da moral católica; mantém o regime concordatário relativo ao Padroado e a representação diplomática junto da Santa Sé»⁸⁰

Isto irá permitir à Igreja um amplo desenvolvimento, graças à organização da Acção Católica⁸¹, a responsável pela alteração da relação da Igreja com a sociedade, que nas palavras de Pio XI: «vemos dedicarem-se generosamente connosco à solução dos problemas sociais, na medida em que a Igreja, por força da sua divina instituição, tem o direito e o dever de o fazer»⁸². Mas, a questão do corporativismo também esteve na origem de muitos equívocos na relação entre a Igreja e o Estado Novo, tendo vindo o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, declarar que a Igreja apenas se comprometeu com a ordem corporativa da sociedade e não com o Estado corporativo⁸³.

Um último aspecto a reter desta nobre encíclica de Pio XI diz respeito ao facto dela ter surgido no contexto da Grande Depressão (1929-1933). Ora, Pio XI recorre às palavras de

⁷⁸ PIO XI – “*Quadragesimo Anno*”. In STILWELL, Peter (Org.) – *Os caminhos da Justiça e da Paz. Doutrina Social da Igreja. Documentos de 1891 a 1991*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2002, p. 100-101.

⁷⁹ cf. PIERRARD, Pierre – *História da Igreja*, p. 265-266.

⁸⁰ OLIVEIRA, Miguel de – *História da Igreja*, p. 288.

⁸¹ cf. *Ibidem*, p. 290: «Desenvolvem-se as obras de propaganda católica e as associações de piedade, intensifica-se o fervor religioso com os congressos, os retiros espirituais, as missões populares, as peregrinações a Fátima».

⁸² PIO XI – “*Quadragesimo Anno*”, p. 118.

⁸³ cf. FONTES, Paulo – “Doutrina Social da Igreja em Portugal: reflexões para um debate acerca da cidadania”, p. 173.

Leão XIII para reclamar a autoridade para julgar sobre as questões sociais e económicas⁸⁴, e por isso no contexto desta grave crise económica, Pio XI lançou um apelo ao compromisso de todos para ultrapassar esta fase:

«A instabilidade da situação económica e de todo o organismo exige de todos os que nisso estão comprometidos a mais absorvente actividade»⁸⁵

Enfim, o pontificado de Pio XI correspondeu a um período de paz reinou no mundo entre as duas grandes guerras que conhecemos. O Papa Pio XI, na véspera do Natal de 1938, anunciou que tinha oferecido a sua vida a Deus para que poupasse a humanidade de uma nova guerra. Viria a falecer meses depois a 10 de Fevereiro de 1939⁸⁶. Sucede a Pio XI, a 2 de Março de 1939, o Papa Pio XII, um diplomata de alto nível e um contemplativo⁸⁷, que no campo social não chegou a publicar qualquer encíclica⁸⁸, mas não foi por isso, por não ter uma encíclica no campo social que Pio XII deixa de ter importância nesta reflexão. Aliás, vimos um Papa que, confrontado com um mundo em guerra e, no pós-guerra, com uma modernidade de sociedade, não deixa de fazer várias reflexões sobre variadíssimos aspectos acerca da realidade social. Pode não ter feito magistério, mas dialogou constantemente com o mundo, nomeadamente através das suas radiomensagens e discursos⁸⁹. Uma curiosidade: «aos quinze anos apresentou uma dissertação sobre a *Rerum Novarum*»⁹⁰.

⁸⁴ cf. PIO XI – “*Quadragesimo Anno*”, p. 88.

⁸⁵ COMBY, Jean – *Para ler a História da Igreja: Da Revolução Francesa (1789) aos nossos dias*, p. 100.

⁸⁶ cf. CLEMENTE, Manuel – *Os Papas do século XX*, p. 41; CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – “A Concordata e o Acordo Missionário” (10 de Maio de 1940). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume II (1936-42)*. Lisboa: União Gráfica, 1936-1970, p. 189. Aquando da morte de Pio XI, o Cardeal Cerejeira viria a afirmar: «Pio XI ficará certamente na história do Pontificado Romano como um dos maiores Papas da Igreja. Não é só a Igreja que nesta hora sente a imensidade da perda de Pio XI. Pode dizer-se que é a própria humanidade».

⁸⁷ cf. PIERRARD, Pierre – *História da Igreja*, p. 267; CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – “O pontificado de Pio XII” (5 de Setembro de 1946). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume III (1943-47)*. Lisboa: União Gráfica, 1936-1970, p. 137: «Começa o pontificado. Pio XII senta-se na cadeira de S. Pedro; e sereno como a verdade, entusiasta como a esperança, zeloso como a caridade, responde a todas as perguntas da consciência contemporânea. Onde o erro ouse sentar-se no trono da verdade, onde a injustiça cinicamente se arvora em direito, onde a dor insultada pareça já não ter esperança – Pio XII está presente».

⁸⁸ cf. CAMACHO, Ildefonso – *Doctrina Social de la Iglesia: Una aproximación histórica*, p. 183.

⁸⁹ cf. HILARIE, Yves-Marie – “Rome, capitale de l’Italie et d’un univers à christianiser”. In HILARIE, Yves-Marie (Org.) – *Histoire de la Papauté: 2000 ans de mission et de tribulations*. Paris: Éditions Tallandier, 1996, p. 457-458.

⁹⁰ CLEMENTE, Manuel – *Os Papas do século XX*, p. 45.

CAPÍTULO II

A FORMULAÇÃO DO II CONCÍLIO DO VATICANO ACERCA DA QUESTÃO SOCIAL E A SUA RECEPÇÃO EM PORTUGAL

1. Os Papas do II Concílio do Vaticano: o carismático João XXIII e a intervenção de Paulo VI

Antes de entrarmos no II Concílio do Vaticano, aproveitamos esta oportunidade para conhecermos primeiramente aqueles que foram os grandes Papas do Concílio: o carismático João XXIII, de quem se acredita que sem ele não haveria o Concílio pela sua grande capacidade de leitura dos sinais dos tempos; e o continuador e dinamizador do Concílio, o Papa Paulo VI, que após aberta a porta do Concílio, soube conduzi-lo e levá-lo à sua aplicação na Igreja.

1.1. As encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* de João XXIII

1.1.1. João XXIII, um Papa de transição

À morte de Pio XII, a Igreja gozava de enorme prestígio, graças à inteligência, actividade pastoral e santidade de uma sucessão de Papas extraordinários. Ora, a 28 de Outubro de 1958, o conclave, contrariado toda a expectativa do mundo por um Papa jovem, elegia o Cardeal Roncalli, um homem de setenta e sete anos, patriarca de Veneza⁹¹. Com este

⁹¹ cf. PIERRARD, Pierre – *História da Igreja*, p. 270.

acto, pensava-se que a Igreja estava indecisa quanto ao rumo a tomar e optou por João XXIII, um Papa que seria de transição.

«Um “Papa de transição”: a etiqueta foi logo colocada nesse pontífice que havia escolhido curiosamente o nome de João porque, como declarou o Sacro Colégio, os vinte e dois soberanos pontífices que tiveram esse nome “havia tido quase todos um pontificado de curta duração”»⁹²

Contudo, não foi por isso que João XXIII deixava de apresentar um programa pastoral exigente a 25 de Janeiro de 1959: «reunir um sínodo para a diocese de Roma, de reformar o Código de Direito Canónico e de reunir um Concílio para a Igreja universal»⁹³. De facto, o Espírito Santo sopra como e quando quer e não como os homens determinam, e assim este pontífice revelar-se-ia providencial em lançar um Concílio para propor as linhas de orientação para a Igreja no mundo moderno e preparar a unidade cristã⁹⁴. Desta forma, João XXIII procurava, por meio do Concílio, «promover o aumento da fé católica e a salutar renovação dos costumes do povo cristão e actualizar a disciplina eclesiástica segundo as necessidades dos nossos tempos»⁹⁵. E, para lá das dificuldades e resistências apresentadas, João XXIII conseguiu conduzir a Igreja com entusiasmo e esperança à abertura do II Concílio do Vaticano em 1962⁹⁶.

Apesar desta exuberância, João XXIII mostrava-se um Papa com uma proximidade de gente simples, não esquecendo as suas origens humildes⁹⁷ e possivelmente por isso, adoptou um novo estilo de vida esquecido ou desconhecido num Papa: caminhava pelas ruas da cidade, restaurando «os laços íntimos que uniam o Papa, como Bispo de Roma, com o povo

⁹² PIERRARD, Pierre – *História da Igreja*, p. 270.

⁹³ COMBY, Jean – *Para ler a História da Igreja: Da Revolução Francesa (1789) aos nossos dias*, p. 137.

⁹⁴ cf. PIERRARD, Pierre – *História da Igreja*, p. 272.

⁹⁵ GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*, p. 376.

⁹⁶ cf. COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – *Gaudium et Spes: uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*, p. 309.

⁹⁷ cf. GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*, p. 374: «Nasceu de pais modestos e pobres na pequena aldeia de Sotto il Monte, perto de Bérgamo a 5 de Novembro de 1881»; CLEMENTE, Manuel – *A Igreja no tempo: História breve da Igreja Católica*, p. 125: «Conhecera as dificuldades de uma família humilde; fora seminarista e depois padre e militar durante a I Guerra Mundial; trabalhara na sua diocese e na Santa Sé, com abertura e tacto; o mesmo se diga dos anos seguintes, junto da minoria católica e da maioria ortodoxa na Bulgária; ou junto do Islão, na Turquia, durante o segundo conflito mundial, colaborando também na fuga de muitos judeus para a liberdade».

da cidade»⁹⁸; visitava os padres, os doentes e os prisioneiros, mostrando uma fisionomia do papado dominado pela bondade. Porém, noutros aspectos não deixava de ser um Papa tradicional. A actividade pastoral deste Papa residia na adaptação da Igreja às necessidades e exigências do mundo moderno e para isso, vivia preocupado com o aperfeiçoamento do espírito sacerdotal e cristão e em romper as barreiras criadas por toda a parte entre os cristãos. Assim, criou grandes expectativas de renovação nas relações entre a Igreja e o mundo, destacando-se o ecumenismo como o centro do pensamento do Papa⁹⁹.

Toda esta preocupação sentiu-se nas oito encíclicas de João XXIII, das quais houve duas que tocaram particularmente a opinião pública: a *Mater et Magistra* de 15 de Maio de 1961 e a *Pacem in Terris* de 11 de Abril de 1963. A *Mater et Magistra* celebrava o septuagésimo aniversário da *Rerum Novarum* e seguia a tradição dos Papas precedentes, recordando a questão social e a história da intervenção da Igreja desde Leão XIII¹⁰⁰. Por seu lado, a *Pacem in Terris* sobreveio para manifestar as exigências da verdade, da justiça, da caridade e da liberdade em ordem à paz mundial, mas trouxe algo de novo, pois ela é dirigida a todos os bispos, clero e fiéis católicos, como também a todos os homens de boa vontade.

1.1.2. As encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*

Segundo Ildefonso Camacho, o Papa João XXIII tem um lugar privilegiado no seio da Doutrina Social da Igreja. Basta centrarmos o nosso olhar nas duas grandes encíclicas: *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*. Uma, que segue a mesma linha dos Papas desde Leão XIII, mas apresenta uma nova sensibilidade para perceber os problemas; e a outra, publicada no

⁹⁸ GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*, p. 374.

⁹⁹ cf. PIERRARD, Pierre – *História da Igreja*, p. 271.

¹⁰⁰ cf. COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – *Gaudium et Spes: uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*, p. 309.

final do seu pontificado, mostrando um novo horizonte para a Igreja, na sua tarefa de se abrir a todos os homens de boa vontade, na edificação da paz mundial¹⁰¹.

A *Mater et Magistra* surge como uma nova e renovada versão da Doutrina Social da Igreja no sentido em que ela confronta-se com as condições da sua época e dos seus problemas, numa chamada de atenção para uma leitura cristã dos acontecimentos, procurando aí por sinais de optimismo e do dinamismo da Igreja¹⁰². Deixa assim escapar uma característica da espiritualidade de João XXIII: «a aceitação contínua, com amor, dos desígnios de Deus. Ele próprio confessa possuir como dom de Deus o “conseguir olhar sempre o alto”»¹⁰³. O número 50 da presente encíclica, diz-nos o seu objectivo:

«comemorando de forma solene a Encíclica Leonina, compraz-Nos aproveitar a ocasião para repetir e precisar pontos de doutrina já expostos pelos Nossos Predecessores e, ao mesmo tempo, fazer uma exposição desenvolvida do pensamento da Igreja relativo aos novos e mais importantes problemas do momento»¹⁰⁴

Então, João XXIII vem confirmar a *Rerum Novarum* como a magna carta da Doutrina Social da Igreja, onde estava uma suma do catolicismo no campo económico-social¹⁰⁵, mas o método da *Mater et Magistra* vai mais longe, tornando-se o método da Doutrina Social da Igreja até aos nossos dias: aponta «os grandes problemas através da individualização prática do que se pode fazer desde já em concreto, para os começar a solucionar, partindo da situação real»¹⁰⁶. De facto, o alargamento da perspectiva da *Mater et Magistra* encontra-se patente em três novos aspectos que João XXIII enuncia sobre a evolução recente da questão social:

«O avanço da história faz ressaltar cada vez mais as exigências da justiça e da equidade, que não intervêm apenas nas relações entre os operários e os empresários ou dirigentes, mas dizem também respeito às relações entre os diversos sectores económicos, entre zonas economicamente desenvolvidas e zonas economicamente

¹⁰¹ cf. CAMACHO, Ildefonso – *Doctrina Social de la Iglesia: Una aproximación histórica*, p. 215-216.

¹⁰² cf. POLICARPO, José da Cruz – “*Sinais dos Tempos*”: *Génese histórica e interpretação teológica*. Lisboa: Livr. Sampedro, 1971, p. 4.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 7.

¹⁰⁴ JOÃO XXIII – “*Mater et Magistra*”, p. 168.

¹⁰⁵ cf. PROENÇA, José João Gonçalves de – *O estatuto do trabalho nacional e a doutrina social da Igreja*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1962, p. 2.

¹⁰⁶ COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – *Gaudium et Spes: uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*, p. 309-310.

menos desenvolvidas dentro da economia nacional, e, no plano mundial, às relações entre países diversamente desenvolvidos em matéria económica e social»¹⁰⁷

Com a apresentação destes novos aspectos na reflexão social da Igreja, João XXIII procurou acompanhar os novos tempos. Retoma então o tema da propriedade privada, manifestando particular atenção pela agricultura e pelo processo de modernização das sociedades, não esquecendo uma reflexão sobre o papel da mulher¹⁰⁸. Ora, a Igreja é chamada a contribuir para a resolução dos problemas sociais e oferece como resposta a doutrina e a acção. Esta acção que aparece muitas vezes sob a forma de movimentos, associações e instituições, com variadas finalidades, como que uma tendência natural dos seres humanos.

«uma tendência natural, quase irreprimível, dos seres humanos: tendência a associarem-se para fins que ultrapassam as capacidades e os meios de que podem dispor os indivíduos em particular. Esta tendência deu origem, sobretudo nos últimos decénios, a grande variedade de grupos, movimentos, associações e instituições, com finalidades económicas, culturais, sociais, desportivas, recreativas, profissionais e políticas, tanto nos diversos países como no plano mundial»¹⁰⁹

Por fim, um último aspecto, como conclusão do que até agora foi dito sobre a encíclica, diz respeito à dignidade do homem. Ou seja, não nos podemos esquecer que o homem deve ser o fundamento, o fim e o sujeito de todas as instituições em que se expressa e realiza a vida social, e nisto consiste o princípio fundamental desta doutrina¹¹⁰.

Relativamente à *Pacem in Terris*, é de salientar dois aspectos. Num primeiro aspecto, surge uma novidade: João XXIII torna-se no primeiro Papa a não se dirigir somente aos católicos e aos pastores, mas a todos os homens de boa vontade, numa atitude de abertura da relação da Igreja com a sociedade. Deste modo, a Igreja mostra uma consciência cada vez mais universal dos problemas sociais¹¹¹.

Por outro lado, surge pela primeira vez num documento oficial da Igreja, a observação dos sinais dos tempos como categoria de base na construção do pensamento. Cada uma das

¹⁰⁷ JOÃO XXIII – “*Mater et Magistra*”, p. 183.

¹⁰⁸ cf. FONTES, Paulo – “A Doutrina Social da Igreja numa perspectiva histórica”, p. 90-91.

¹⁰⁹ JOÃO XXIII – “*Mater et Magistra*”, p. 170-171.

¹¹⁰ cf. *Ibidem*, p. 200.

¹¹¹ cf. FONTES, Paulo – “A Doutrina Social da Igreja numa perspectiva histórica”, p. 91.

quatro partes da encíclica termina com a enumeração dos “sinais dos tempos”. Ora, torna-se importante que a Igreja se integre na história para melhor ler estes sinais dos tempos e por isso nota-se, na *Pacem in Terris*, o esforço de encontrar sinais positivos, como sintomas de que o Reino de Deus está presente entre nós¹¹². Mas para isso, João XXIII não deixa de apelar aos católicos para participarem mais activamente na vida pública, com o fim de colocar as instituições económicas, sociais, culturais e políticas ao serviço da pessoa, como o afirma acerca da inserção dos católicos na vida política:

«Do facto da autoridade derivar de Deus, não se segue que os homens não tenham a liberdade de eleger as pessoas investidas na missão de a exercer, bem como de determinar as formas de governo e os limites e regras segundo as quais se há-de exercer a autoridade. Por esta razão, a doutrina que acabamos de expor é plenamente conciliável com qualquer espécie de regime genuinamente democrático»¹¹³

1.2. O Papa Paulo VI e as encíclicas pós-conciliares *Populorum Progressio* e *Octogesima Adveniens*

A 26 de Setembro de 1897, em Concésio (Brécia), nascia João Baptista Montini no seio de uma família de típica nobreza rural católica. Aquele que viria a ser o Papa Paulo VI, teve uma educação marcada pela influência do seu pai que era advogado, jornalista, deputado e um dos promotores do movimento social e político-cultural italiano. Em 1916, dá entrada no Seminário de Brescia, sendo ordenado sacerdote em Maio de 1920. Mais tarde em 1954, é nomeado por Pio XII, Arcebispo de Milão, mas só por via de João XXIII é que é feito Cardeal¹¹⁴.

Já como Papa, Paulo VI não escondia a sua permanente preocupação pelo ecumenismo. Tanto que esta preocupação levou-o a dar um passo histórico, em 1964: torna-se

¹¹² cf. POLICARPO, José da Cruz – “*Sinais dos Tempos*”: *Génese histórica e interpretação teológica*, p. 97.

¹¹³ JOÃO XXIII – “*Pacem in Terris*”. In STILWELL, Peter (Org.) – *Os caminhos da Justiça e da Paz. Doutrina Social da Igreja. Documentos de 1891 a 1991*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2002, p. 226.

¹¹⁴ cf. CLEMENTE, Manuel – *Os Papas do século XX*, p. 71-74.

no primeiro Papa a sair de avião para fora de Itália, para visitar a Palestina, celebrando em Jerusalém, Nazaré e Belém, cumprindo uma hora santa em Getsémani e caminhando a via-sacra. Nesta peregrinação, encontrou-se ainda com o Patriarca de Constantinopla, Atenágoras, fazendo votos de aproximação das duas Igrejas: Católica e Ortodoxa. Este ano de 1964, foi frutífero na questão do ecumenismo, dado que até sucedeu outro momento importante, quando em Maio, cria o Secretariado para os Não-Cristãos, prelúdio de um diálogo com o mundo¹¹⁵.

No entanto, Paulo VI não se fica por aqui e na sequência do pós-concílio, escreve duas encíclicas marcantes: a *Populorum Progressio* e a *Octogesima Adveniens*. A *Populorum Progressio*, de 26 de Março de 1967, recorda a preocupação conciliar por um mundo mais justo e fraterno, acusando o facto de o desenvolvimento ser maior, mas mal distribuído, chamando a atenção para a miséria nos países em desenvolvimento. Mostra-se assim preocupado pelo desenvolvimento integral do homem e pelo desenvolvimento solidário da humanidade. Em relação à *Octogesima Adveniens*, de 1971 (na comemoração dos 80 anos da *Rerum Novarum* de Leão XIII), Paulo VI apela ao empenhamento dos cristãos na vida política e social, salientando a importância deste empenhamento na construção de uma sociedade fraterna, tolerante e democrática¹¹⁶.

A *Populorum Progressio* é considerada por muitos como a encíclica do desenvolvimento. Contudo, não era novidade, no seio da Igreja, haver observações importantes, como a de Pio XII e João XXIII, sobre a ajuda aos países em via de desenvolvimento, mas foi com esta encíclica de Paulo VI que esta problemática do desenvolvimento se torna uma questão fundamental¹¹⁷.

«São os povos os autores e primeiros responsáveis do próprio desenvolvimento. Mas não o poderão realizar isolados. Fases deste caminho do desenvolvimento que leva à paz são: os acordos regionais entre os povos fracos, a fim de se apoiarem mutuamente;

¹¹⁵ cf. PIERRARD, Pierre – *História da Igreja*, p. 278-279.

¹¹⁶ cf. *Ibidem*, p. 278.

¹¹⁷ cf. CALVEZ, Jean-Yves – “A Doutrina Social da Igreja da *Populorum Progressio* à *Deus Caritas Est*”. *Didaskalia* 37, nº 2 (2007). Lisboa, p. 217-218.

as relações mais amplas, para se entre-ajudarem; e as convenções mais audazes, para estabelecerem programas comuns»¹¹⁸

São estas as fases, indicadas pela encíclica como essenciais ao desenvolvimento dos povos. Com Paulo VI, esta problemática social torna-se uma questão mundial, dado que permite a melhoria das condições de vida da pessoa humana, se houver a cooperação de todos. Então, todos os católicos e homens de boa vontade, e em particular os povos da opulência, devem colaborar para socorrer os povos mais necessitados, numa acção organizada para o desenvolvimento solidário da humanidade¹¹⁹. Temos que combater o sofrimento dos povos, ainda que o desenvolvimento exija grandes transformações ou reformas inovadoras, mas não se pode correr o risco destas transformações ampliarem a injustiça no mundo com o aumento da riqueza dos ricos em contraste com a miséria dos pobres¹²⁰. Portanto, o desenvolvimento deve ser integral para ser autêntico, de modo a promover todos os homens e o homem todo. Para isso, avança com propostas concretas (números 51 a 55), tais como a organização de um fundo mundial contra a fome e a favor do desenvolvimento, sustentado pela renúncia dos países ricos¹²¹.

«Porque, se o desenvolvimento é o novo nome da paz, quem não deseja trabalhar para ele com todas as forças? Sim, a todos convidamos a responderem ao nosso grito de angústia, em nome do Senhor»¹²²

É assim que Paulo VI termina a *Populorum Progressio*, mostrando o apelo de um Papa «de coração apertado, marcado por uma época de tantas inquietações e desordens»¹²³. Ildefonso Camacho salienta que a Igreja deve actuar sempre como uma instância provocadora da sociedade, como nesta questão relativa à injustiça do subdesenvolvimento. Ela tem a

¹¹⁸ PAULO VI – “*Populorum Progressio*”. In STILWELL, Peter (Org.) – *Os caminhos da Justiça e da Paz. Doutrina Social da Igreja. Documentos de 1891 a 1991*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2002, p. 425.

¹¹⁹ cf. *Ibidem*, p. 398-399.

¹²⁰ cf. *Ibidem*, p. 409.

¹²¹ cf. COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – *Gaudium et Spes: uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*, p. 316.

¹²² PAULO VI – “*Populorum Progressio*”, p. 428.

¹²³ CALVEZ, Jean-Yves – “A Doutrina Social da Igreja da *Populorum Progressio* à *Deus Caritas Est*”, p. 225.

responsabilidade de denunciar este humanismo novo que contradiz a dignidade humana, não sendo a sua missão oferecer alternativas¹²⁴.

Nos 80 anos da *Rerum Novarum* de Leão XIII, o Papa Paulo VI escreve a *Octogesima Adveniens* dirigida a um irmão no episcopado, o Cardeal Maurice Roy que era Presidente do Conselho dos Leigos e da Comissão Pontifícia «Justiça e Paz»¹²⁵. A *Octogesima Adveniens*, não conseguiu despertar o mesmo entusiasmo da *Populorum Progressio*, mas não deixou de provocar admiração pelo seu rigor, tendo vindo Paulo VI oferecer por meio dela algumas reflexões centradas na sua atenção aos problemas de uma sociedade que se começava a chamar pós-industrial.

Ora, a *Octogesima Adveniens* ao reconhecer as dificuldades de actuação da Igreja perante a variedade de situações existentes no mundo, apresenta uma nova metodologia para a Doutrina Social da Igreja, convidando as comunidades cristãs a partir da realidade, para discernir os caminhos da intervenção cristã.

«Perante situações assim tão diversificadas, torna-se-Nos difícil tanto pronunciar uma palavra única, como propor uma solução que tenha um valor universal. Mas isso não é ambição Nossa, nem mesmo a Nossa missão. É às comunidades cristãs que cabe analisar, com objectividade, a situação própria do seu país e procurar iluminá-la com a luz as palavras inalteráveis do Evangelho»¹²⁶

Como tal, Paulo VI propõe algumas normas mais concretas relativas às formas de actuação da Igreja, e em conformidade com a *Populorum Progressio*, apela à necessidade de se avançar numa melhor distribuição dos bens, continuando a avisar para os perigos das ideologias revolucionárias¹²⁷, todavia não deixa de apoiar a democracia como o único modelo de organização social capaz de responder às aspirações da época. Por fim, a *Octogesima Adveniens* faz ainda referência aos padres operários – como realça o número 48 – como

¹²⁴ cf. CAMACHO, Ildefonso – *Doctrina Social de la Iglesia: Una aproximación histórica*, p. 395.

¹²⁵ cf. FONTES, Paulo – “A Doutrina Social da Igreja numa perspectiva histórica”, p. 76.

¹²⁶ PAULO VI – “*Octogesima Adveniens*”. In STILWELL, Peter (Org.) – *Os caminhos da Justiça e da Paz. Doutrina Social da Igreja. Documentos de 1891 a 1991*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2002, p. 433.

¹²⁷ cf. CAMACHO, Ildefonso – *Doctrina Social de la Iglesia: Una aproximación histórica*, p. 423.

homens enviados em missão apostólica para o meio dos trabalhadores, com quem compartilham da mesma condição operária, para aí serem testemunhas da Igreja¹²⁸.

Enfim, apesar de toda esta acção da Igreja pelo mundo, o pontificado de Paulo VI ficaria ainda marcado por uma crise cada vez mais evidente na Igreja com o aumento do número de pessoas que abandona a Igreja e com a diminuição das vocações sacerdotais e monásticas. A 6 de Agosto de 1978, o mundo via partir mais um grande Papa, o Papa da paz, o obreiro do II Concílio do Vaticano e propulsor do ecumenismo, que dirigira a Igreja com grande ponderação numa época de viragem¹²⁹. Para a história da Igreja, o Papa Paulo VI pode ficar conhecido por «“o Papa do diálogo”, porque tal corresponde à orientação profunda do seu espírito»¹³⁰.

2. A preocupação pela questão social no II Concílio do Vaticano: a *Gaudium et Spes* e a leitura dos sinais dos tempos

O II Concílio do Vaticano foi o acontecimento mais extraordinário dos pontificados de João XXIII e de Paulo VI. A Igreja entrava em Concílio porque alguém acreditou na acção de Cristo na história e por isso, procurou nos dinamismos do tempo, os sinais da vontade de Deus: esse alguém foi João XXIII. Contudo, João XXIII não pôde assistir à conclusão do Concílio, tendo falecido no dia 3 de Junho de 1963, oferecendo a sua vida pelo Concílio e pela unidade dos cristãos¹³¹. Logo, a 21 de Junho, sucede-lhe como Papa Paulo VI, o Cardeal João Baptista Montini, um digno continuador do pontificado de João XXIII, que desde já, anunciava a intenção de prosseguir com o II Concílio do Vaticano, para o qual convergiam os

¹²⁸ cf. PAULO VI – “*Octogesima Adveniens*”, p. 457-459.

¹²⁹ cf. FRANZEN, August – *Breve História da Igreja*. Tradução de Manuela Ribeiro Sanches. Lisboa: Presença, 1996, p. 431-432.

¹³⁰ CLEMENTE, Manuel – *Os Papas do século XX*, p. 77.

¹³¹ cf. GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*, p. 376.

olhos de todos os homens de boa vontade, introduzindo apenas uma nova dinâmica na condução do mesmo Concílio.

O II Concílio do Vaticano abrangeu toda a Igreja, orientando-a para uma reflexão interior e uma abertura exterior. Para melhor realizar esta tarefa, tomou-se logo à partida decisões importantes, como a eleição de teólogos de todo o mundo para as comissões em que o Concílio se organiza. Isto permitiu que os padres conciliares tivessem a coragem de tomar decisões mais autónomas¹³². Os trabalhos do II Concílio do Vaticano decorreram em quatro sessões, entre 1962 e 1965. A 8 de Dezembro de 1965, o Concílio concluiu os seus trabalhos, constituindo-se como um Concílio reformador com uma orientação expressamente pastoral¹³³. Foi um Concílio pastoral porque nele ganhou-se consciência daquela que era a missão da Igreja, mas também doutrinal porque aspira ser a presença do Evangelho pela Igreja e na Igreja¹³⁴.

«No dia 8 de Dezembro de 1965, o Concílio Vaticano encerrou solenemente. O Papa celebrou a Missa na Praça de S. Pedro [...] Finalmente o Secretário geral do Concílio leu o breve pontifício que declarava encerrado o Concílio Vaticano II. A última despedida foi dada pelo Papa com as palavras: “*In nomine Domini Jesus Christi, ite in pace*”»¹³⁵

Após o encerramento do Concílio, formaram-se comissões para atingir os objectivos traçados no Concílio. O Papa Paulo VI anunciou ainda a criação de um sínodo episcopal, que se reuniria em Roma em 1967, para discutir os problemas pós-conciliares pendentes¹³⁶. E ainda, empreendeu-se a revisão do *Codex Juris Canonici* que viria a ser concluído em 1983¹³⁷. Certo é que se tornou comum falar-se de uma Igreja pós-conciliar, mais aberta para o mundo e preocupada em arranjar meios de tornar o mundo atento à mensagem evangélica, trazendo-o de volta à fonte que é Cristo.

¹³² cf. FRANZEN, August – *Breve História da Igreja*, p. 421-422.

¹³³ cf. *Ibidem*, p. 427.

¹³⁴ cf. CHENU, Marie-Dominique – *Povo de Deus no mundo*. Lisboa: Livr. Moraes, 1969, p. 20.

¹³⁵ GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*, p. 381.

¹³⁶ cf. FRANZEN, August – *Breve História da Igreja*, p. 428.

¹³⁷ cf. *Ibidem*, p. 430.

«Numa perspectiva geral, o Concílio Vaticano II surge como um acontecimento incontornável, funcionando como charneira na evolução da concepção que a Igreja tem acerca de si mesma e da compreensão da sua relação com a sociedade. Concretamente, e de modo simplificado, Vaticano II revela a passagem de uma Igreja que deixou de se olhar como o lugar, por excelência, de salvação, para se entender, sobretudo, como “sacramento de salvação” no mundo, acentuando a sua função mediadora. É a esta luz que a “teologia dos sinais dos tempos” ganha todo o seu relevo»¹³⁸

Ora, foi na IV sessão, que ocorreu entre 14 de Setembro e 8 de Dezembro de 1965, que foi aprovado na véspera do encerramento do II Concílio do Vaticano, a célebre Constituição Pastoral sobre a missão da Igreja no mundo moderno: a *Gaudium et Spes*¹³⁹. A Constituição *Gaudium et Spes* é o documento do II Concílio do Vaticano que melhor aponta a preocupação da Igreja para a questão social. Pode dizer-se que no pensamento de João XXIII, quando convocou o Concílio, estava um documento como este, com uma atenção da Igreja aos problemas e anseios dos homens de hoje, procurando-se adaptar às exigências do nosso tempo. De tal modo, que esta Constituição Pastoral desenvolve o pensamento de João XXIII na *Pacem in Terris*, apresentando uma visão inovadora da Igreja como comunidade dos discípulos de Cristo, iluminada pelo Espírito Santo, fazendo caminho na história, e sendo um povo no meio do povo¹⁴⁰.

«As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos nossos contemporâneos, sobretudo dos pobres e de todos os aflitos, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo, e nada existe de verdadeiramente humano que não encontre eco em seu coração»¹⁴¹

A *Gaudium et Spes* é constituída por duas partes: uma primeira parte sobre “A Igreja e a vocação da humanidade” e uma segunda parte em que se refere “Alguns problemas mais urgentes” que afectam o homem na actualidade. Todavia, salienta-se que a primeira parte

¹³⁸ FONTES, Paulo – “A Doutrina Social da Igreja numa perspectiva histórica”, p. 86-87.

¹³⁹ cf. GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*, p. 380.

¹⁴⁰ cf. COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – *Gaudium et Spes: uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*, p. 314.

¹⁴¹ II CONCÍLIO DO VATICANO – “*Gaudium et Spes*”. In STILWELL, Peter (Org.) – *Os caminhos da Justiça e da Paz. Doutrina Social da Igreja. Documentos de 1891 a 1991*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2002, p. 316.

«pode e deve ser continuamente enriquecida com renovada reflexão e confronto, e lida também à luz das situações novas»¹⁴².

Signa temporum é um dos pontos nucleares que esteve no cerne dos trabalhos e na iniciativa do Concílio, e procura descrever a realidade sobre a qual o Concílio quer projectar a sua luz. Mas esta atenção às vozes do tempo, é uma grande exigência para a Igreja e para os cristãos, de tal forma que também encontramos a sua marca na *Gaudium et Spes*.

«Para cumprir tal missão, a Igreja tem o dever em cada época de perscrutar os sinais dos tempos e de os interpretar à luz do Evangelho, de tal sorte que possa responder, de um modo adequado a cada geração, às eternas interrogações humanas sobre o sentido da vida presente e futura e como se relacionam entre si»¹⁴³

De facto, através desta leitura dos sinais dos tempos, a Igreja vai ao encontro dos problemas do homem e interpreta-os para sobre eles actuar. O número 55 da referida Constituição Pastoral, salienta esta mesma responsabilidade do povo de Deus em escutar e interpretar as linguagens do nosso tempo, à luz da Palavra divina, para que a Verdade Revelada possa ser mais aprofundada e melhor compreendida¹⁴⁴.

A Igreja pretende assim entrar em diálogo com o mundo, procurando dar conta das contínuas mudanças no mundo, que estão na origem de conflitos e erros do passado. Nesta questão do diálogo, vemos que a Igreja muda o paradigma, deixando de se apresentar como a portadora da salvação, para entrar numa instância de mediação. Sendo a Igreja, o povo de Deus na história, é na história que ela é chamada a ser sinal de Deus¹⁴⁵. Todavia, num mundo ambivalente, que é capaz do melhor e do pior, de avanços e recuos, feito de esperanças e tristezas, de vitórias e derrotas, sendo sinal disto mesmo as duas guerras que no século XX

¹⁴² cf. COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – *Gaudium et Spes: uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*, p. 23.

¹⁴³ II CONCÍLIO DO VATICANO – “*Gaudium et Spes*”, p. 317.

¹⁴⁴ cf. *Ibidem*, p. 359.

¹⁴⁵ cf. ESTEVÃO, Nuno – “O tempo e o modo. Revista de pensamento e acção (1963-1967): Repercussões eclesiológicas de uma cultura de diálogo”. *Lusitania Sacra* 6 (1994), p. 208-209.

eclodiram¹⁴⁶. O diálogo com o mundo é assim necessário com vista a levá-lo à unidade que Deus espera e actua.

«Movido pela fé, na qual acredita ser conduzido pelo Espírito do Senhor que enche a Terra inteira, o Povo de Deus esforça-se por descobrir nos acontecimentos, nas exigências e nos desejos que compartilha com os seus contemporâneos os verdadeiros sinais da presença e dos desígnios de Deus»¹⁴⁷

Por fim, recordando a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, a *Gaudium et Spes* vem, também ela, defender o direito de associação como direito natural impresso na natureza humana. O número 25 da dita Constituição, lembra que o homem, pela sua natureza, necessita de vida social, que é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim das instituições sociais, dado que «só o bem une os homens, também só a solidariedade garante plenamente a dignidade»¹⁴⁸ da pessoa humana. Na verdade, a *Gaudium et Spes* dá à Igreja a coragem de se pronunciar publicamente sobre os problemas dos homens, como exige a sua missão, mas também expressa a incapacidade de o fazer sem a ajuda dos mesmos homens¹⁴⁹.

3. A dinâmica socio-eclesial portuguesa e a recepção do II Concílio do Vaticano

Em Portugal, a Igreja pré-conciliar vivera um relativo período de tranquilidade depois dos passos dados na relação institucional com o Estado, após a Concordata de 1940. De facto, pela Concordata, o Estado tornara a reconhecer a personalidade jurídica à Igreja Católica – como que em reparação das injustiças de que a Igreja fora alvo na I República – garantindo o livre exercício da sua autoridade, organização e culto, privado ou público.

¹⁴⁶ cf. GONÇALVES, Nuno – “Doutrina Social da Igreja – Actualidade para a Europa”. In *Corpo e Espírito da Europa*. Lisboa: Verbo, 1990, p. 149.

¹⁴⁷ II CONCÍLIO DO VATICANO – “*Gaudium et Spes*”, p. 322-323.

¹⁴⁸ COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – *Gaudium et Spes: uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*, p. 41.

¹⁴⁹ cf. *Ibidem*, p. 20.

«Segundo a Concordata, a República Portuguesa reconhece a personalidade jurídica da Igreja Católica e garante-lhe o livre exercício da sua autoridade, organização e culto, privado ou público. Assegura-se a assistência religiosa aos internados em estabelecimentos do Estado e às forças militares em campanha. É livre a organização de escolas particulares paralelas às do Estado, bem como a fundação e regime interno dos estabelecimentos de formação eclesiástica; nas escolas públicas e nos estabelecimentos de menores, deve ministrar-se o ensino da religião e moral católicas. Reconhecem-se efeitos civis aos casamentos celebrados conforme as leis canónicas, e a sua indissolubilidade»¹⁵⁰

Por um lado, interessava ao Estado o modelo da Igreja, onde os leigos tinham atitudes de submissão e de subordinação às suas decisões e iniciativas, que eram características da organização do Estado. Por outro lado, a Igreja colocava-se sob a protecção do Estado, convencida de que isso lhe daria segurança e liberdade no exercício da sua missão pastoral¹⁵¹. Contudo, a ideia de liberdade pesou pouco nos hábitos dos católicos, neste período pré-conciliar, dado que nem todos os sectores da Igreja apoiaram este regime político e tendo algumas vozes se erguido numa postura claramente crítica. Para mostrar a complexidade desta situação e a variedade de comportamentos basta recordarmo-nos do exílio do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, durante dez anos (1959-1969)¹⁵².

Apesar disto, a Igreja afirmava-se enquanto instituição e apresentava um rápido crescimento em todos os campos, visível no número dos padres, religiosos e seminaristas, como também na própria actividade e importância dos movimentos, obras e instituições. A Concordata de 1940 permitiu «a reorganização das grandes famílias religiosas: jesuíta, franciscana, dominicana, carmelita, beneditina, hospitaleira, salesiana, entre outras»¹⁵³, de tal modo que segundo os estudos da altura, os números quase duplicaram. Em relação aos seminários diocesanos, até meados da década de 60, funcionavam para a formação do clero, mas também como instituição de ensino e educação para muitos jovens. Basta compararmos os números das admissões com o número das ordenações diocesanas para tirarmos estas

¹⁵⁰ OLIVEIRA, Miguel de – *História da Igreja*, p. 288-289.

¹⁵¹ cf. IDEM – *História eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994, p. 278.

¹⁵² cf. FONTES, Paulo – “Doutrina Social da Igreja em Portugal: reflexões para um debate acerca da cidadania”, p. 170.

¹⁵³ IDEM – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, p. 206.

conclusões. É por isso que, com a modernização da sociedade portuguesa, a importância dos seminários como instituição de ensino iria decrescer¹⁵⁴.

Com o II Concílio do Vaticano, realizado entre 1962 e 1965, dava-se início a um grande movimento de renovação da Igreja. Se era preciso um Papa carismático como o Papa João XXIII para se ter a coragem de convocar o Concílio, todavia para a condução do Concílio já se requeria alguém com mão firme, vasta cultura, abertura e capacidade para manter o diálogo: alguém como o Papa Paulo VI – conforme explica um dos bispos portugueses que participou no Concílio¹⁵⁵. Até à morte de João XXIII, não tinha sido aprovado nenhum documento conciliar; somente no pontificado de Paulo VI é que o Concílio prosseguiu o seu caminho, aprofundando a dinâmica de reflexão e renovação que ficou expressa nos documentos aprovados, até ao seu encerramento no dia 8 de Dezembro de 1965. No entanto, olhando para trás, vemos que não se pode reduzir o II Concílio do Vaticano apenas aos meses em que os Padres conciliares estiveram reunidos. Foi preciso muito mais do que isso. O II Concílio do Vaticano não teria sido o mesmo sem aqueles intervalos trabalhosos entre as quatro sessões do Concílio¹⁵⁶.

Contudo, o contributo português no Concílio foi modesto, com 49 bispos nas sessões conciliares, dos quais apenas 17 intervieram num total de 38 intervenções¹⁵⁷. Aqui importa recolher o testemunho de D. Manuel de Almeida Trindade, que teve a graça de ser nomeado bispo na altura do II Concílio do Vaticano e, no seu livro *“Memórias de um bispo”*, analisou a participação portuguesa no Concílio.

«Que juízo faço da nossa intervenção no Vaticano II? A primeira é que nos faltou um grupo de peritos portugueses. [...] Foi uma lacuna, não só pela ajuda que um grupo de peritos poderia ter prestado aos bispos, mas ainda porque, com a possibilidade de acompanhar, no dia a dia, o desenrolar do Concílio, estaria em condições de poder fazer depois, nas suas dioceses e no País, um trabalho de divulgação e de explicação da doutrina conciliar»¹⁵⁸

¹⁵⁴ cf. FONTES, Paulo – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, p. 209-211.

¹⁵⁵ cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *O Vaticano II: 20 anos depois*. Figueira da Foz: Centro Ecuménico Reconciliação, 1986, p. 12-13.

¹⁵⁶ cf. *Ibidem*, p. 8.

¹⁵⁷ cf. OLIVEIRA, Miguel de – *História eclesiástica de Portugal*, p. 278.

¹⁵⁸ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993, p. 173.

Ora, os bispos portugueses terão revelado – segundo a sua opinião – pouca abertura mental, teológica e eclesial no Concílio. Tal ter-se-á notado, quer pelo seu silêncio durante o Concílio, quer pelo número e qualidade das suas intervenções, que não estavam ao nível do episcopado da Europa ou ao nível do que fora a participação portuguesa no Concílio de Trento¹⁵⁹.

Ainda assim, o II Concílio do Vaticano conseguiu gerar um novo impulso reformador no catolicismo português. Desde a reforma litúrgica, nomeadamente com a introdução do português, ao envolvimento dos cristãos na vida eclesial, desencadeou-se uma nova dinâmica na Igreja em Portugal capaz de ultrapassar qualquer resistência que tivesse levantado¹⁶⁰. A valorização do papel dos leigos permitiu uma dinâmica pastoral preocupada com a sua formação em ordem a uma presença evangelizadora da sociedade. Era necessária uma presença eclesial capaz de mobilizar e integrar uma diversidade de propostas e meios para a evangelização¹⁶¹.

Por fim, uma das inovações mais fecundas do II Concílio do Vaticano foi a criação das Conferências Episcopais, que vieram frisar a colegialidade do episcopado de cada nação. Compete à Conferência Episcopal auxiliar os bispos nas suas funções pastorais e tratar dos problemas pastorais de alcance nacional, propondo soluções que visam uma pastoral de conjunto ou coordenada¹⁶².

«A CEP é das mais antigas Conferências, actuando regularmente desde os anos 30, ainda que só em 1967 tenha tido os primeiros estatutos, aprovados pela Assembleia Plenária dos Bispos a 16 de Maio e ratificados pelo Papa Paulo VI a 16 de Julho»¹⁶³

¹⁵⁹ cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, p. 173-174.

¹⁶⁰ cf. FONTES, Paulo – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, p. 249.

¹⁶¹ cf. *Ibidem*, p. 252.

¹⁶² cf. OLIVEIRA, Miguel de – *História eclesiástica de Portugal*, p. 279.

¹⁶³ ALMEIDA, Roque de – *Para ler a História da Igreja em Portugal*, p. 204.

CAPÍTULO III

DA FUNDAÇÃO À EXTINÇÃO DO INSTITUTO REGNUM DEI (1963-1970) E OS SEUS FRUTOS PARA A IGREJA DE SETÚBAL

1. Uma breve contextualização histórica do Patriarcado de Lisboa no tempo do Instituto Regnum Dei

Após termos visto aquilo que foi a realidade da Igreja em matéria social – desde o Papa Leão XIII até ao II Concílio do Vaticano – importa agora restringir-nos a uma experiência concreta, para melhor podermos compreender a importância e as consequências desta acção social para a Igreja, particularmente para a Igreja de Setúbal. Esta experiência que iremos abordar designou-se por Instituto Regnum Dei e existiu no território da Diocese de Setúbal, na antiga Região Pastoral de Setúbal, quando esta ainda pertencia ao Patriarcado de Lisboa, entre 1963 e 1970.

Como o Instituto Regnum Dei surgiu no Patriarcado de Lisboa, em primeiro lugar, temos que conhecer a realidade socio-ecclesial do Patriarcado, e só depois poderemos avançar para o estudo do Instituto, em função do meio em que esta experiência se desenvolveu. É impossível falar do Patriarcado de Lisboa sem referir o Cardeal Cerejeira, pois as preocupações do Patriarcado eram as preocupações do seu Cardeal, como constatamos nas suas obras pastorais. A sua leitura ajuda-nos a compreender a acção social e pastoral em prol do povo que lhe foi confiado, o Patriarcado de Lisboa.

1.1. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa (1929-1971)

O Patriarca que estava à frente dos destinos da Diocese de Lisboa, quando surgiu o Instituto Regnum Dei, era o Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira. O Cardeal Cerejeira nasceu em Lousado, concelho de Vila Nova de Famalicão, no dia 29 de Novembro de 1888. A sua família era considerada um modelo, onde nasceram cinco filhos e cinco filhas de Avelino Gonçalves Cerejeira e Joaquina do Sacramento de Jesus Rebelo. Ao primeiro fruto desta união deram o nome de Manuel Gonçalves Cerejeira, conforme está prescrito no assento de baptismo pelo abade João Baptista Pessoa¹⁶⁴.

«Aos três dias do mês de Dezembro do ano de mil oitocentos e oitenta e oito, nesta igreja paroquial de Santa Marinha de Lousado, concelho de Vila Nova de Famalicão, arquidiocese de Braga, baptizei solenemente um individuo do sexo masculino, a quem dei o nome de Manuel»¹⁶⁵

Ao longo da sua formação, Manuel Cerejeira foi um exemplo de dedicação ao estudo e à disciplina. Era distinguido todos os anos e prova disso mesmo, no exame da quinta classe, ficou «dispensado das provas orais e aprovado com distinção pelo júri a que presidia o Lente de Coimbra Doutor Assis Teixeira»¹⁶⁶. Em 1905, do Seminário-Liceu Nacional de Guimarães passou para o Liceu de Alexandre Herculano no Porto, para concluir o curso complementar de Letras. Terminado o curso, entra em 1906 no Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo de Braga. E dali segue para Coimbra, com o fim de ingressar na Universidade de Coimbra, onde se matricula na Faculdade de Teologia, para fazer os cursos de Teologia e Letras, obtendo posteriormente a respectiva licenciatura (1909-1916). Entretanto, foi ordenado diácono a 17 de Dezembro de 1910, pelo Arcebispo Primaz D. Manuel Baptista da Cunha na sua capela particular, e posteriormente ordenado sacerdote a 1 de Abril de 1911, com vinte e três anos¹⁶⁷.

¹⁶⁴ cf. NEVES, Moreira das – *Cardeal Cerejeira: O homem e a obra*. Lisboa: Rei dos Livros, 1988, p. 14.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 14.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 18.

¹⁶⁷ cf. *Ibidem*, p. 17-25; ALMEIDA, Roque de – *Para ler a História da Igreja em Portugal*, p. 199.

Dezassete anos mais tarde, em Março de 1928, o Papa Pio XI nomeia o Padre Manuel Cerejeira como Arcebispo Titular de Mitilene e Auxiliar do Patriarca de Lisboa, o Cardeal D. António Mendes Belo. A ordenação episcopal¹⁶⁸ realizar-se-ia em Coimbra, na Sé Nova, a 17 de Junho, sendo o ordinante o Bispo-Conde D. Manuel Luís Coelho da Silva, e coordenantes D. José Alves Correia da Silva (Bispo de Leiria) e D. António Antunes (Bispo Coadjutor de Coimbra). O ministro das finanças e seu amigo pessoal, o Doutor Oliveira Salazar fez questão de estar presente¹⁶⁹.

«Após a implantação do regime autoritário corporativo chefiado por Salazar, [D. Manuel Gonçalves Cerejeira] alcança rapidamente posições de destaque na hierarquia da Igreja: arcebispo de Mitilene (1928), patriarca de Lisboa e cardeal (1929)»¹⁷⁰

De facto, foi rápida a ascensão de D. Manuel Cerejeira na hierarquia da Igreja. Com «a morte do Cardeal-Patriarca Mendes Belo, na manhã de cinco de Agosto de 1929»¹⁷¹, estava vaga a cátedra do Patriarcado de Lisboa. E, o Papa Pio XI, que no ano anterior o tinha nomeado como Arcebispo de Mitilene, voltava a ver o seu nome sobre a mesa, juntamente com D. Manuel Mendes da Conceição Santos (Arcebispo de Évora) e D. Manuel Vieira de Matos (Arcebispo Primaz de Braga), para próximo Patriarca de Lisboa. Todos eles apresentavam qualidades para o lugar, mas a decisão recairia, a 18 de Novembro, sobre D. Manuel Gonçalves Cerejeira¹⁷². E como havia sido designado pelo Papa Clemente XII, na Bula *Inter praecipuas apostolici ministerii* (17 de Dezembro de 1737)¹⁷³, no Consistório

¹⁶⁸ cf. CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – “Primeira saudação ao clero e fiéis do Patriarcado” (2 de Fevereiro de 1930). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume I (1928-35)*. Lisboa: União Gráfica, 1936-1970, p. 19: «Ora, vós sabeis que estes foram os Seus apóstolos e todos os que herdaram os seus poderes. Todos os Bispos receberam de Jesus a autoridade, tendo-a recebido do Seu Vigário, que os envia (como Jesus enviou ao meio dos povos os apóstolos) ao meio dos seus rebanhos. Venho, pois, para vos conduzir a Jesus Cristo, e por Ele ao Pai eterno – e assim alcancéis a bem-aventurança».

¹⁶⁹ cf. NEVES, Moreira das – *Cardeal Cerejeira: O homem e a obra*, p. 59.

¹⁷⁰ ALMEIDA, Roque de – *Para ler a História da Igreja em Portugal*, p. 199.

¹⁷¹ NEVES, Moreira das – *Cardeal Cerejeira: O homem e a obra*, p. 65.

¹⁷² cf. *Ibidem*, p. 65-66: «Só que a decisão da escolha pertencia exclusivamente ao Espírito Santo, através do Papa que, poucos meses depois, em Consistório Secreto de 18 de Novembro, preconizava novos Cardeais: Monsenhor Verdier, francês, Monsenhor Mac Rory, irlandês, Monsenhores Minoretti, Lavitrano e Pacelli, italianos e, eleito Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira».

¹⁷³ *Ibidem*, p. 66. O Papa Clemente XII «concedeu perpetuamente que a pessoa nomeada Patriarca de Lisboa fosse promovida à dignidade cardinalícia no Consistório imediato à sua eleição».

imediatamente à eleição de D. Manuel Cerejeira para Patriarca de Lisboa, foi elevado à dignidade cardinalícia.

Das suas obras pastorais, destaco a sua carta “Pastoral sobre o comunismo e outros flagelos sociais”, onde o Cardeal Cerejeira recorda a encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, como uma encíclica que denunciou as injustiças do seu tempo e apontou caminhos. A Igreja quer a dignidade da pessoa humana e por isso, todos os caminhos devem assegurar uma equitativa distribuição da justiça, que garanta às classes inferiores as condições essenciais à vida humana e cristã¹⁷⁴. Ora, também o nome do Cardeal Cerejeira se encontra ligado à beneficência, através da Fundação Cardeal Cerejeira, que age particularmente no campo da habitação¹⁷⁵.

Numa pequena observação ao pontificado do Cardeal Cerejeira, como Patriarca de Lisboa, temos entre 1930 e 1971, dois grandes períodos que caracterizam a sua acção pastoral na sua diocese: «até meados dos anos 50, a tónica é posta nas procissões e nas missões populares; depois dessa data, é transferida para a pastoral moderna»¹⁷⁶. Por meio das missões populares, o Cardeal conseguia desenvolver a piedade e a cultura religiosa da população e ao mesmo tempo, oferecia uma oportunidade à Igreja Católica no sentido de reforçar a sua capacidade de enquadramento religioso dessas mesmas populações, nomeadamente através dos baptizados, crismas e até mesmo matrimónios¹⁷⁷.

¹⁷⁴ cf. CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – “Pastoral colectiva sobre o Comunismo e outros flagelos sociais” (7 de Março de 1937). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume II (1936-42)*, p. 76-80; CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Coimbra: Gráfica de Coimbra, nº 2446. Afirma São Gregório Magno: «Quando damos aos indigentes o que lhes é necessário, não lhes ofertamos o que é nosso; limitamo-nos a restituir-lhes o que lhes pertence. Mais do que praticar uma obra de misericórdia, cumprimos um dever de justiça».

¹⁷⁵ cf. MATOS, Luís Salgado de – “D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1929-1971)”. In AZEVEDO, Carlos (Org.) – *Os patriarcas de Lisboa*. Lisboa: Aletheia Editores, 2009, p. 155-156.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 149.

¹⁷⁷ cf. *Ibidem*, p. 149.

1.2. A realidade socio-elesial do Patriarcado de Lisboa

A Igreja Católica em Portugal esteve sempre dependente da dinâmica e reflexão do conjunto da Igreja universal. Contudo, apesar de em Portugal não predominar uma tradição no pensamento teológico, tal facto não impediu a Igreja e os cristãos de acompanhar a evolução dos grandes temas e princípios da Doutrina Social da Igreja¹⁷⁸. Tanto a nível nacional como a nível diocesano, no quadro do *aggiornamento* conciliar, para além da necessária formação do clero, foi indispensável criar e apoiar outras iniciativas como a formação de um laicado cada vez mais apontado como co-responsável na missão da Igreja¹⁷⁹.

Em primeiro lugar, a catequese sempre foi um ponto de interesse para o Cardeal Cerejeira, com uma inclinação para a catequese das crianças e dos adolescentes. À medida que diminuía a prática ou a vivência dominical, os catequistas assumiam um papel importante como agentes da pastoral, assim como a aula de religião e moral, mas nesta lamentava-se a fraca metodologia dos professores que tornavam a disciplina numa aprendizagem mecânica de fórmulas áridas¹⁸⁰. Em segundo lugar, o Cardeal Cerejeira «emitira sinais simpáticos ao estabelecimento de uma Universidade Católica, mas só nos anos 60 veio a insistir nela e a começar a sua concretização»¹⁸¹. A sua criação foi um momento de grande impacto no catolicismo português. Tudo isto foi levado a cabo para que a Igreja em Portugal pudesse melhorar a formação dos cristãos. Só assim é que haveria cristãos disponíveis para a Igreja numa altura em que mundo estava em constante transformação.

«O problema de agora põe-se nestes termos: ser ou não ser. São os alicerces da sociedade que estremecem: a Igreja, o Estado, a Família, a Propriedade»¹⁸²

¹⁷⁸ cf. FONTES, Paulo – “Doutrina Social da Igreja em Portugal: reflexões para um debate acerca da cidadania”, p. 167-168.

¹⁷⁹ cf. IDEM – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, p. 284.

¹⁸⁰ cf. MATOS, Luís Salgado de – “D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1929-1971)”, p. 151.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 153.

¹⁸² CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – “A mensagem da Igreja à sociedade moderna” (Novembro de 1934). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume I (1928-35)*, p. 363.

Outro problema que a Igreja precisava de combater era a crise de vocações¹⁸³. A crise de vocações era o resultado das mudanças de comportamentos e valores na sociedade, em especial, entre a juventude escolarizada¹⁸⁴. Para combater a crise de vocações, a política do Cardeal Cerejeira passava também pela criação de infra-estruturas¹⁸⁵. E por isso, era necessário aos seminários adaptarem-se a esta realidade e assim procedeu-se, em 1971, a uma reorganização interna. Então,

«feito o estudo solicitado e realizada uma mais alargada reflexão, se iniciaria uma reorganização dos seminários diocesanos e da pastoral vocacional de Lisboa, com a nomeação ou confirmação de novos responsáveis, num contexto socioeclesial mais distendido: criação de um secretariado diocesano de Pastoral das Vocações; definição dos seminários de Almada e Olivais, o primeiro como vocacional (médio) e o segundo (maior) como pastoral; e manutenção dos seminários menores de Santarém e de Penafirme»¹⁸⁶

Ainda assim, o problema mais grave era o das desistências no decorrer dos estudos. Só no Patriarcado de Lisboa, a taxa de perseverança diminuía de 21,5% entre 1914 e 1930 para 16,5% entre 1930 e 1938. Mas nos seminários maiores a situação era diferente, pois aí a Igreja já não se preocupava tanto com o recrutamento de possíveis sacerdotes, mas com a formação¹⁸⁷. Ao longo do seu pontificado como Patriarca de Lisboa, o Cardeal Cerejeira apesar de mostrar ser uma figura delicada e amiga, não terá tido uma relação próxima com os seus seminaristas, pois vivia absorvido pelas suas funções de Patriarca e Cardeal¹⁸⁸. No entanto, permanece a memória de uma figura próxima e querida pelo seu clero, numa relação muito paternal.

A nível de sacerdotes disponíveis, a Igreja em Portugal via aumentar o seu número, com as vocações nacionais e com o recrutamento de pessoal estrangeiro, mas isto só permitiu

¹⁸³ cf. CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – “Carta Pastoral sobre o problema do Clero” (8 de Dezembro de 1935). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume I (1928-35)*, p. 152: «Precisamos de padres, muitos padres, de corações ardentes e almas de santos, para reconquistar para Cristo as almas que Ele remiu com o Seu Sangue».

¹⁸⁴ cf. FONTES, Paulo – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, p. 280.

¹⁸⁵ ALMEIDA, Roque de – *Para ler a História da Igreja em Portugal*, p. 199.

¹⁸⁶ FONTES, Paulo – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, p. 281.

¹⁸⁷ cf. *Ibidem*, p. 208-210.

¹⁸⁸ cf. MAFRA, Luís de Azevedo – *Lisboa no tempo do Cardeal Cerejeira: um testemunho*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 1997, p. 22.

acompanhar ligeiramente o crescimento populacional, que só na «área metropolitana de Lisboa aumentara 39% entre 1930 e 1950»¹⁸⁹. O recrutamento de pessoal estrangeiro, que faz referência à importância dos institutos religiosos, em muito contribuiu para revitalizar a prática religiosa e a espiritualidade no país. No Patriarcado de Lisboa, o Cardeal Cerejeira procurou e conseguiu aumentar o número de sacerdotes, sendo esse número sempre superior ao do início do seu pontificado¹⁹⁰. Em 1932 escrevia, dirigindo-se ao seu clero:

«O mundo pede-vos a palavra que lhe dê esperança na organização da paz internacional, e bendiga todos os esforços empregados pelos homens de boa vontade, onde quer que se encontrem. – Dizei-a! [...] A sociedade pede-vos a palavra que enobreça e dignifique a vida, faça reinar a justiça e a caridade, purifique e santifique a família, e eduque e eleve progressivamente o povo. – Dizei-a! Os indivíduos pedem-vos a palavra que os salve nesta babel moderna de confusão, e negação, e erro: palavra de verdade, palavra de amor, palavra de virtude. – Dizei-a! Fazei obra de luz, vós que sois a luz do mundo. É a vossa missão e dever. Com independência, com coragem, com confiança! E assim salvareis o mundo»¹⁹¹

Todavia, apesar do aumento dos sacerdotes disponíveis, em 1959, a revista *Informations Catholiques Internationales* vem divulgar estudos que colocam Portugal em último lugar entre os países da Europa Ocidental¹⁹².

Não nos cansamos de constatar que o II Concílio do Vaticano veio despertar a Igreja, empurrando-a para uma maior participação do povo cristão num mundo em constante transformação¹⁹³. O trabalho sociológico desenvolvido pelo Cónego Manuel Falcão contribuiu para alertar o Patriarcado de Lisboa para o facto da sua pastoral se encontrar estagnada, num clima de desorientação e desordem, e para fomentar o entusiasmo conciliar

¹⁸⁹ MATOS, Luís Salgado de – “D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1929-1971)”, p. 145.

¹⁹⁰ cf. *Ibidem*, p. 146. Na primeira mensagem ao clero: «se o mundo vos atribui uma situação inferior na sociedade hodierna [o vosso bispo] protesta de toda a sua alma que não há na terra missão mais nobre do que a vossa».

¹⁹¹ CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – “Carta ao Clero sobre acção política e social” (18 de Novembro de 1932). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume I (1928-35)*, p. 97-98.

¹⁹² cf. IDEM – “Ainda o problema do Clero: Resultados, necessidades, previsões” (1 de Novembro de 1948). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume IV (1948-53)*. Lisboa: União Gráfica, 1936-1970, p. 51; FONTES, Paulo – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, p. 207.

¹⁹³ cf. CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – “A mensagem do Concílio ao mundo de hoje” (11 de Dezembro de 1962). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume VI (1960-63)*. Lisboa: União Gráfica, 1936-1970, p. 349: «Creio que desejam uma palavra minha sobre o Concílio, o maior acontecimento deste século, como já tem sido dito. Ele não interessa só à Igreja mas a todo o homem. O Mundo carece de verdade, de amor e de paz. Olha para o Concílio com esperança».

entre os bispos, padres e leigos, com o fim de acolher a renovação eclesial do Concílio com sentido de responsabilidade. O Cardeal Cerejeira abrindo-se a esta preocupação¹⁹⁴, publicou um Decreto (18 de Abril de 1966), onde apelava a todos a darem o seu contributo para a renovação conciliar, salientando «cinco pontos que encarregava a Comissão [Comissão preparatória da reestruturação pastoral do Patriarcado de Lisboa¹⁹⁵, na qual o Cónego Manuel Falcão seria presidente] de estudar: reestruturação pastoral da Diocese, conselho pastoral diocesano, secretariado técnico de pastoral, previdência do clero e divisão do Patriarcado em zonas pastorais»¹⁹⁶. Não era estranho, pensar-se nesta divisão do Patriarcado em zonas pastorais, pois conforme comentava o Cardeal Cerejeira na sua primeira mensagem ao Clero em 1930: «é um vasto e desamparado Patriarcado»¹⁹⁷.

«16 Julho 66 – Provisão a designar os encarregados das três regiões pastorais – Lisboa: D. António Xavier Monteiro (vigário geral); Santarém: D. António de Campos (vigário geral); Setúbal: Cº Dr. João Alves (vigário episcopal) – e a nomear os responsáveis das oitos zonas da Região de Lisboa»¹⁹⁸

Portanto, tendo em conta a novidade do II Concílio do Vaticano, o Cardeal Cerejeira tentou reestruturar o Patriarcado de Lisboa, criando vários órgãos para a introdução de reformas como a litúrgica, e para ajudar a compreender esta nova Igreja, admitindo a co-responsabilidade e a participação de todos os cristãos. Mas, havia muito a fazer na aplicação do Concílio no Patriarcado¹⁹⁹. Uma das coisas na qual o Cardeal Patriarca terá pensado em primeiro lugar, foi na criação do Conselho Pastoral Diocesano, curiosamente o primeiro órgão

¹⁹⁴ cf. MAFRA, Luís de Azevedo – *Lisboa no tempo do Cardeal Cerejeira: um testemunho*, p. 23: «O Concílio Vaticano II abriu uma perspectiva inteiramente diversa. Creio que o Senhor Patriarca sinceramente quis ajustar-se aos novos tempos; de facto, porém, não o conseguiria como era necessário».

¹⁹⁵ cf. CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – “Carta Pastoral ao Clero do Patriarcado” (22 de Janeiro de 1969). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume VII (1964-70)*. Lisboa: União Gráfica, 1936-1970, p. 44: «Terminado o Concílio em clima de esperança, e para imprimir-se novo ritmo à obra permanente de construção e renovação da vida diocesana, agora a prosseguir à luz dos vários documentos conciliares, constituímos, por Decreto a 18 de Abril de 1966, a “Comissão preparatória da reestruturação pastoral do Patriarcado”, com a missão principal de fazer o estudo das linhas gerais desta reestruturação».

¹⁹⁶ MAFRA, Luís de Azevedo – *Lisboa no tempo do Cardeal Cerejeira: um testemunho*, p. 89.

¹⁹⁷ MATOS, Luís Salgado de – “D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1929-1971)”, p. 143.

¹⁹⁸ MAFRA, Luís de Azevedo – *Lisboa no tempo do Cardeal Cerejeira: um testemunho*, p. 90.

¹⁹⁹ cf. *Ibidem*, p. 117-118. Como afirmava D. António, sucessor do Cardeal Cerejeira: «Entre nós, porém, a maior deficiência na aplicação do Vaticano II reside, segundo creio, na debilidade do testemunho cristão na sociedade portuguesa».

proposto pelo Concílio. Infelizmente, ele só foi constituído em Maio de 1970 a título experimental, no último ano do pontificado do Patriarca de Lisboa. Já com D. António Ribeiro, o Conselho Pastoral Diocesano viria a ser instituído de novo a 23 de Junho de 1986 (catorze anos mais tarde)²⁰⁰. Como sublinha a historiografia contemporânea,

«A escolha de D. António Ribeiro para novos patriarca de Lisboa (1971-1998) confirmava uma vontade de renovação eclesial e um projecto de recentramento do episcopado, nomeadamente na sua relação com a sociedade, que a *Carta pastoral no décimo aniversário da “Pacem in Terris”* (4 de Maio de 1973) enunciou»²⁰¹

Em suma, de que forma é que o Cardeal Cerejeira recristianizou o Patriarcado de Lisboa? Em termos de infra-estruturas o seu trabalho foi extraordinário. Em relação ao mais importante – a evangelização – houve uma grande expansão da actividade da Igreja durante o pontificado do Cardeal Cerejeira. Todavia, esta mesma actividade começou a diminuir nos anos 60, com «as ordenações dos sacerdotes diocesanos; o efectivo dessa mesma categoria de sacerdotes; os efectivos da Acção Católica; os casamentos católicos; a frequência da missa dominical»²⁰².

Em relação à criação de infra-estruturas, foi institucionalmente criado um organismo especializado na construção de Igrejas novas no Patriarcado: o Snip (Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado). O Cardeal Cerejeira, dadas as circunstâncias pastorais como o aumento da população, fez um grande esforço na construção de Igrejas (e mais tarde de centros sociais): «até 1960, edificou 30 novas igrejas, pouco mais de uma por ano; de 1960 a 1969, construiu 26, quase três por ano. Há poucos casos de uma diocese de dimensão comparável que construa tantas igrejas em tão pouco tempo»²⁰³. Para além da construção de Igrejas, também foram realizados trabalhos de restauro e outras pequenas obras. As paróquias mais fracas foram anexadas a outras mais fortes e a divisão das vigararias também foi alterada. Em 1961, afirmava o Cardeal Cerejeira:

²⁰⁰ cf. FONTES, Paulo – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, p. 253.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 247.

²⁰² MATOS, Luís Salgado de – “D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1929-1971)”, p. 159.

²⁰³ *Ibidem*, p. 146.

«Mas o vosso Pastor, que tem o encargo de todas as almas do Patriarcado, não pode esconder-vos que, nesta hora de alegria cristã, o seu coração se cobre de tristeza ao pensar que em muitos lugares do Patriarcado o Natal não foi celebrado por falta de igrejas»²⁰⁴

Em segundo lugar, para analisar a acção pastoral no Patriarcado com o Cardeal Cerejeira temos dados como: o número de baptismos, a prática religiosa e os casamentos. Em relação a baptismos, olhando para a percentagem de católicos no país, houve um aumento 12% dos católicos de 1950 para 1968, com 80% em 1950 e 92% em 1968. Em 1970, a situação inverte-se e a percentagem baixa para os 89% de católicos. Quanto à prática religiosa, ela aumentou nos primeiros anos do pontificado do Cardeal Cerejeira. Por fim, o casamento fica com um regime legal mais favorável com a Concordata, mas ainda assim, no Patriarcado de Lisboa nunca se ultrapassou a média nacional permanecendo sempre abaixo da mesma²⁰⁵.

Pode-se interrogar, se a recristianização do Patriarcado foi o êxito desejado, ou se teria sido necessário um programa pastoral diferente. Por outro lado, era preocupante o avanço da acção laicizadora do Estado²⁰⁶. Ainda que o Estado seja cristão, a sua missão nunca passa de uma missão temporal, ao invés da missão da Igreja²⁰⁷. Mas, importa aqui salientar que a Igreja foi aliada do regime do “Estado Novo” e talvez por isso tenha beneficiado de uma «maior liberdade de acção por parte do poder político, durante o período do Estado Novo, tornando-se a sua intervenção social num dos pólos de reconhecimento generalizado do valor da presença e acção da Igreja Católica na sociedade»²⁰⁸. Por outro lado, numa altura em que o

²⁰⁴ CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – “O problema das Igrejas no Patriarcado” (1 de Janeiro de 1961). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume VI (1960-63)*, p. 335.

²⁰⁵ cf. MATOS, Luís Salgado de – “D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1929-1971)”, p. 155-158.

²⁰⁶ cf. CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – “A situação da Igreja em Portugal” (29 de Novembro de 1956). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume V (1954-59)*. Lisboa: União Gráfica, 1936-1970, p. 166: «A hierarquia em Portugal nunca se pronunciou oficialmente sobre o regime político como tal. Nem o aprovou nem o condenou. É problema que lhe não pertence a ela, enquanto ele não toque na doutrina e na moral católica. Deixa-o, como lhe cumpre, à consciência dos cidadãos. Fiel à própria missão, está acima e fora do campo político de regimes, partidos, organizações».

²⁰⁷ cf. IDEM – “Carta Pastoral sobre a Paz” (3 de Outubro de 1939). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume II (1936-42)*, p. 176.

²⁰⁸ FONTES, Paulo – “Doutrina Social da Igreja em Portugal: reflexões para um debate acerca da cidadania”, p. 174.

Papa Paulo VI punha em causa o colonialismo português, o Cardeal Cerejeira teve um papel de mediano entre o Governo e a Santa Sé²⁰⁹. Observadores diversos sublinham que,

«O largo período em que presidiu aos destinos da diocese de Lisboa (1929-1971) caracterizou-se pela inexistência de conflitos com o poder político, tendo sido o cardeal uma presença privilegiada em quase todos os actos públicos do regime»²¹⁰

2. Da génese do Instituto Regnum Dei à sua extinção (1963-1970)

O período em que se centra a acção do Instituto Regnum Dei, é o tempo em que o II Concílio do Vaticano está no seu auge e a Igreja local vive na expectativa das mudanças que se avizinham para a transformação da acção da Igreja no mundo, com o Cardeal Cerejeira à frente dos destinos do Patriarcado de Lisboa. É também o tempo em que surge o “homem do sonho”, como caracteriza D. Manuel Martins o Padre Fernando Maurício, que deixa todas as seguranças e cálculos do mundo para se entregar a Deus sem reservas, levando consigo uma meia dúzia de jovens, para servi-l’O nos mais pobres²¹¹.

2.1. O Padre Fernando Maurício: do carisma do fundador à criação do Instituto Regnum Dei

No dia 16 de Maio de 1928, nascia na Benedita (Alcobaça) o homem, de seu nome Fernando Maurício, que pretendeu protagonizar um projecto inovador para a história da evangelização em Portugal, e em particular na Região Pastoral de Setúbal (hoje Diocese de Setúbal), com a fundação do Instituto Regnum Dei. Este homem teve o início do seu percurso

²⁰⁹ cf. ALMEIDA, Roque de – *Para ler a História da Igreja em Portugal*, p. 199.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 199.

²¹¹ cf. SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*. Porto: Sòlvros de Portugal, 1998, p. 9.

no seminário do Patriarcado de Lisboa, um percurso igual a tantos outros, mas com uma sensibilidade especial, que culminou na sua ordenação sacerdotal²¹².

Como não se sentiu satisfeito com os cursos de Filosofia e de Teologia, «prosseguiu os estudos na Universidade Gregoriana (Roma) e no Instituto Católico (Paris), licenciando-se em História»²¹³. E é em Roma que num diálogo com vários estudantes do Colégio Português, nasce a ideia de se agruparem para ajudar a resolver os problemas dos meios descristianizados, sobretudo no sul do país²¹⁴. Porém, esqueciam-se que ao regressar a Portugal, iriam assumir compromissos com as suas respectivas dioceses e a ideia acabaria por se perder. O Padre Fernando Maurício regressa, então, ao Seminário dos Olivais (Lisboa), para iniciar a sua actividade de professor de História da Igreja, no ano lectivo de 1957-58²¹⁵. Entretanto, ia amadurecendo o conceito pensado em Roma.

Mas, não era só na cabeça do Padre Fernando Maurício que se meditava na mudança. Tanto na Igreja Universal como na sociedade portuguesa, sentia-se um clima de mudança que era vivido com grande entusiasmo. Como vimos atrás, as encíclicas papais desde Leão XIII, e neste tempo, o II Concílio do Vaticano, vinham mostrar uma Igreja que procurava acompanhar a constante evolução do mundo.

«O Mundo Ocidental transformou-se. Os problemas sociais eram gritantes. As novas ideias difundiam-se. E, perante isto, a estrutura da Igreja hierárquica não podia deixar de reagir»²¹⁶

O II Concílio do Vaticano vinha gerar uma onda de entusiasmo entre os cristãos, com especial empenhamento dos leigos, sobretudo dos mais jovens²¹⁷, sedentos de verdade, de

²¹² cf. SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 33.

²¹³ *Ibidem*, p. 33.

²¹⁴ cf. Entrevista a D. João Alves, Bispo emérito de Coimbra, a 19 de Setembro de 2011: «Como alguém dizia, em Portugal há duas Igrejas: uma a norte do Tejo muito tradicional e outra a sul do Tejo com pequenas assembleias. Este problema inquietou bastante o Padre Fernando Maurício e começou a germinar no seu espírito um projecto de evangelização. Um projecto não tanto de acção social, mas de evangelização».

²¹⁵ cf. SAKAPEDA, Zeferino Baptista – *A importância dos Padres Operários na Evangelização: Experiência na Região Pastoral de Setúbal*. Dissertação de Mestrado Integrado em Teologia orientada pelo Prof. António Matos Ferreira. Lisboa: Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2009, p. 28.

²¹⁶ SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 24.

coerência e de abertura. Até ao Concílio, a Igreja em Portugal não pensava ser necessário a presença do clero na realidade operária, porque ainda não tinha despertado para o afastamento desta mesma realidade da prática religiosa. Assim, pela *Presbyterorum Ordinis*²¹⁸, os padres conciliares fazem uma reflexão objectiva sobre a importância dos padres operários²¹⁹, reconhecendo que o seu trabalho junto dos operários podia ser também uma actividade sacerdotal²²⁰.

«A impossibilidade para os padres de entrarem em contacto com os trabalhadores nos seus lugares de trabalho leva alguns padres, nos princípios de 1944, a tornarem-se também eles operários de fábrica»²²¹

Era nesta linha que o Padre Fernando Maurício procurava seguir. Sentia a necessidade de evangelização da Igreja, a necessidade de retomar a missão nas zonas mais descristianizadas, como o caso do mundo operário. O conceito, anteriormente pensado, encontrava-se agora amadurecido no seu espírito. E é o momento em que lança a proposta ao então Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, para que o dispensasse de leccionar no Seminário dos Olivais a fim de se dedicar à fundação do Instituto Regnum Dei²²². O pensamento do Cardeal Cerejeira sobre a realidade dos padres-operários ficara expresso na sua mensagem ao clero em 1961:

«Não faltou quem, olhando para o exemplo (aliás extraordinário) de sacerdotes que por amor de seus irmãos sepultados em crasso materialismo se fizeram operários, já pensasse que o padre, para levar a mensagem de Cristo ao mundo moderno, havia de

²¹⁷ cf. SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 20: «É neste contexto que um grupo de jovens empenhados na Evangelização dos meios mais afastados da Mensagem de Cristo, se propõe inovar na atitude pastoral, no nosso país».

²¹⁸ cf. II CONCÍLIO DO VATICANO – *Presbyterorum Ordinis*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1998, nº 8: «Todos os presbíteros são enviados a colaborar na mesma obra, quer exerçam o múnus paroquial ou supra-paroquial, quer se dediquem à investigação científica ou ao ensino, quer trabalhem manualmente compartilhando da mesma sorte dos operários, onde isso for considerado conveniente e aprovado pela devida autoridade, quer ainda realizem qualquer outra obra apostólica ou orientada ao apostolado».

²¹⁹ cf. SAKAPEDA, Zeferino Baptista – *A importância dos Padres Operários na Evangelização: Experiência na Região Pastoral de Setúbal*, p. 7. Os padres operários reivindicam «que o sacerdócio não se devia exercer só dentro do templo, mas que o sacerdote devia sair e ir ao encontro do seu rebanho».

²²⁰ cf. *Ibidem*, p. 5-8.

²²¹ COMBY, Jean – *Para ler a História da Igreja: Da Revolução Francesa (1789) aos nossos dias*, p. 129.

²²² cf. Entrevista a Pe. Manuel Ramalho, Padre da Diocese de Setúbal, a 13 de Abril de 2012: «Ele [Padre Fernando Maurício] pediu ao Cardeal Cerejeira que arranjasse uma casa, mas ele só aceitava se fosse para o patriarcado».

se assemelhar a ele, nos hábitos e nos costumes, pondo de parte disciplinas e reservas que o defendem»²²³

Seguiu-se um período de formação de uma comunidade, através do contacto com alguns estudantes espalhados pelos diversos seminários do país. E, a este desafio, aderiram:

«José Joaquim, Adriano, Martinho e José Maria (Lisboa); Elisário (Porto); Carlos (Braga); Manuel (Coimbra) e José (Guarda) – todos com o Curso de Filosofia concluído e em etapas diversas do Curso de Teologia»²²⁴

Era a constituição em Portugal «da primeira equipa operária de padres e de leigos consagrados, com o objectivo de anunciar o Evangelho nas regiões consideradas mais descristianizadas»²²⁵. Constituída a comunidade, importava agora encontrar uma casa que a viesse a receber. Para isso, o Arcebispo de Évora, pôs à disposição do Instituto, o Santuário Senhor dos Mártires²²⁶, em Alcácer do Sal. O primeiro encontro da comunidade realizar-se-ia a 15 de Agosto de 1962, dispondo o Padre Fernando Maurício de seis meses para preparar minimamente a casa e para iniciar os primeiros contactos com as pessoas da região²²⁷.

Com o primeiro encontro efectuado, a comunidade não podia partir imediatamente em busca dos objectivos do Instituto Regnum Dei, sem primeiramente se realizar um período de formação humana e espiritual. Foi esta a finalidade do primeiro ano do Instituto: «um ano de escondimento, trabalho e oração»²²⁸. Entretanto, o Padre Fernando Maurício ia procedendo à redacção, em termos jurídicos, dos Estatutos, com o fim de apaziguar as vozes que incomodavam o Arcebispo de Évora²²⁹.

²²³ CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *O padre e a hora actual: Discursos ao clero*. Olivais: Ed. de *Novellae Olivarum*, 1961, p. 51.

²²⁴ SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 35.

²²⁵ FONTES, Paulo – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, p. 255.

²²⁶ cf. SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 35: «Trata-se de um Santuário muito antigo, com um conjunto de casas térreas de tipo alentejano que, outrora, se destinavam a albergar os peregrinos e que estavam, agora, em ruínas. Este local está situado numa zona descristianizada, rural e relativamente próxima do meio operário de Setúbal».

²²⁷ cf. *Ibidem*, p. 35.

²²⁸ *Ibidem*, p. 37.

²²⁹ cf. *Ibidem*, p. 44: «uma carta do senhor Arcebispo de Évora referia-se a vozes que insinuavam segundas intenções da Obra e, por isso, prudentemente exigia algum esboço dos Estatutos»; Entrevista a Pe. Manuel

«O Instituto “Regnum Dei” é uma associação específica e directamente pastoral, formada por clérigos e leigos que, por vocação, se consagram a missionar os meios e situações humanas descristianizadas»²³⁰

Neste primeiro ano de formação (1962-1963), a comunidade procurava criar laços com as pessoas da terra, onde muitas delas viviam isoladas e longe da Igreja, e ao mesmo tempo, aproveitavam para dar a conhecer Cristo, que outrora tinha dado a vida por elas, mesmo sem que estas pessoas O conhecessem. Desta forma, a comunidade «procurava incarnar uma visão mais humanizada do cristianismo e uma vivência mais desclericalizada da Igreja»²³¹. Depois, colocavam tudo em comum, através de «uma “revisão de vida” – espécie de exame de consciência colectivo»²³².

«Todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum. Vendiam terras e outros bens e distribuíaam o dinheiro por todos, de acordo com as necessidades de cada um. [...] Louvavam a Deus e tinham a simpatia de todo o povo. E o Senhor aumentava, todos os dias, o número dos que tinham entrado no caminho da salvação»²³³

Por estarem a residir no Santuário do Senhor dos Mártires, decidiram que a festa adequada para aquele lugar seria o dia 14 de Setembro. Então, convidaram o maior número de pessoas, principalmente os benfeitores para rezarem com eles. E, a 5 de Outubro, para enraizar a amizade entre os membros da comunidade, partiram em direcção a Fátima, em peregrinação, rezando também pelo sucesso do II Concílio do Vaticano²³⁴.

Tudo parecia correr bem, até que a 27 de Julho de 1963, o Padre Fernando Maurício sofre um grave acidente automóvel. Ele tinha-se deslocado ao jardim público para buscar flores para a Igreja, no único meio de transporte da comunidade – uma scooter – quando, num

Ramalho, Padre da Diocese de Setúbal, a 13 de Abril de 2012: «Nem todos os padres concordavam connosco e achavam o Instituto Regnum Dei um verdadeiro desperdício».

²³⁰ SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 342; o artigo 1.º do Capítulo I dos Estatutos do Instituto Regnum Dei.

²³¹ cf. FONTES, Paulo – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, p. 255.

²³² SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 47.

²³³ Act 2, 44-47.

²³⁴ cf. SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 50.

cruzamento, teve o acidente²³⁵. Faleceu no dia a seguir, com apenas 35 anos. O funeral seguiu para a terra dele: a Benedita²³⁶.

«Cumpriu a sua missão na Terra. Deixou-nos um grande exemplo e um fecundo testamento espiritual que queremos cumprir. Que Deus lhe conceda o prémio prometido àqueles que deixam tudo para O seguir. Perdemos um pai e sentimos a dor de quem fica órfão, no começo da vida. Amávamo-lo, porque sabíamos quanto ele nos amava»²³⁷

Começa um novo período no Instituto Regnum Dei, um período sem o seu fundador. Contudo, o Instituto «sobreviveu à morte prematura do seu fundador, o padre Fernando Maurício (1928-1963)»²³⁸, adquirindo a força necessária para continuar e testemunhar.

2.2. A experiência de evangelização do Instituto Regnum Dei na Região Pastoral de Setúbal

«Regressámos a Alcácer do Sal e perguntámos: e agora? E aqui entra o nosso Director Espiritual, o Padre Cabral. Ele ficou connosco e continuou a ser o nosso Director Espiritual»²³⁹

O Instituto Regnum Dei, apesar da perda do Padre Fernando Maurício, decidiu prosseguir a sua experiência de evangelização, tentando ser fiel à inspiração do seu fundador. Ora, foi necessário eleger um novo responsável, conforme o artigo 38.º do Capítulo VII dos Estatutos do Instituto Regnum Dei²⁴⁰. Foi eleito, por unanimidade, o José Joaquim que dirigiu umas palavras ao grupo pedindo a sua máxima colaboração²⁴¹. Depois, decidiram juntos prosseguir com os estudos, no Seminário de Évora, e dada a actual situação do Instituto,

²³⁵ cf. SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 79.

²³⁶ cf. Entrevista a Pe. Manuel Ramalho, Padre da Diocese de Setúbal, a 13 de Abril de 2012.

²³⁷ SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 82.

²³⁸ FONTES, Paulo – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, p. 255.

²³⁹ Entrevista a Pe. Manuel Ramalho, Padre da Diocese de Setúbal, a 13 de Abril de 2012.

²⁴⁰ cf. SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 351: «O Instituto “Regnum Dei” será superiormente governado por um Director-Geral escolhido, em escrutínio secreto, por todos os membros formados [...] e confirmado pelo Ordinário do Lugar».

²⁴¹ cf. *Ibidem*, p. 85-86.

viram que era indispensável que o José e o Elisário se propusessem ao sacramento da Ordem, visto que já tinham concluído o curso de Teologia²⁴².

«Em 14 de Março, o Elisário e o José receberam o Diaconado, respectivamente nas sés do Porto e Guarda [...] Em 28 de Junho de 1964, em Coruche, numa celebração presidida pelo Senhor Arcebispo de Évora, foram ordenados Presbíteros»²⁴³

Um passo urgente a dar era a aprovação canónica dos Estatutos do Instituto Regnum Dei. Os Estatutos haviam sido redigidos pelo fundador, mas era necessário dar-lhes uma forma definitiva. Para isso, contaram com a ajuda do Dr. Lourenço (Lisboa) e do Dr. Patacas (Évora)²⁴⁴. A 5 de Junho de 1964, foram aprovados pelo Arcebispo de Évora, D. Manuel Trindade Salgueiro, os Estatutos do Instituto Regnum Dei, que constam de 50 artigos, distribuídos por IX Capítulos. É normal que ao longo dos anos de experiência activa do Instituto, se visse a necessidade de se actualizar os Estatutos, mas tal nunca foi feito²⁴⁵.

O ano lectivo de 1965/66 ia ser um ano peculiar para a comunidade do Instituto, pois ia viver um ano de diáspora, dada a dispersão dos seus membros: «o Carlos e o Manuel iriam para Paris, o Adriano para Estrasburgo, o Elisário e o José prosseguiriam em Roma, o Martinho e o José Joaquim continuariam os Cursos em Évora»²⁴⁶. Também foi um ano especial para a Igreja, que assistia ao encerramento do II Concílio do Vaticano.

A relação entre o Instituto Regnum Dei e a Região Pastoral de Setúbal teve início no ano lectivo seguinte (1966-1967), com a criação de uma Fraternidade Operária, com o Carlos, o Padre Elisário e o Adriano, que passariam a actuar nas proximidades de Setúbal: Praias do Sado²⁴⁷.

²⁴² cf. SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 107-108.

²⁴³ *Ibidem*, p. 110.

²⁴⁴ cf. *Ibidem*, p. 108.

²⁴⁵ cf. *Ibidem*, p. 341-342.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 137.

²⁴⁷ cf. *Ibidem*, p. 152: «Trata-se de um aglomerado bastante grande, localizado a poucos quilómetros de Setúbal e com diversas grandes fábricas, ali perto».

«Setúbal foi uma zona sempre considerada industrial, sendo que grande parte dos seus habitantes trabalhava nas fábricas»²⁴⁸

Para isso, consultaram o Cónego João Alves, que era o Vigário episcopal (o responsável pela Região Pastoral de Setúbal)²⁴⁹ e aproveitaram para conhecer o local previsto. Posteriormente, elegeram o Padre Elisário como novo responsável, dada a ausência do Padre José – anteriormente eleito – que iria continuar em Roma, para concluir o curso²⁵⁰.

A experiência foi positiva, e por isso o ano lectivo 1967/68 traria novas novidades, com a criação de mais uma Fraternidade Operária na Região Pastoral de Setúbal, com o Manuel e o Padre José. O local escolhido foi o Afonsoeiro (Montijo). Por sua vez, o Adriano retomaria os estudos em Estrasburgo. Neste momento, eram só cinco os elementos do Instituto Regnum Dei²⁵¹. Ora, à semelhança de Cristo, que veio ao mundo para resgatar o homem da sua condição pecadora, a espiritualidade do Instituto consistia em ir em busca do próprio homem onde ele estivesse e mostrar-lhe Cristo de forma a trazê-lo ao caminho para a Casa do Pai²⁵². Entre os operários, o padre era «alguém que estudou muito e sabe muito. Por isso, o operário tem quase vergonha de se lhe dirigir [...] Sabem que o padre trabalha, mas é uma profissão liberal»²⁵³. Por serem pioneiros na exploração de novos horizontes – como o mundo operário – a presença do Instituto foi muito relevante, pois a sua finalidade era o anúncio do Reino de Deus junto daqueles que estavam distantes da Igreja²⁵⁴.

²⁴⁸ SAKAPEDA, Zeferino Baptista – *A importância dos Padres Operários na Evangelização: Experiência na Região Pastoral de Setúbal*, p. 27.

²⁴⁹ cf. SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 352. Conforme o artigo 43.º do Capítulo VII dos Estatutos do Instituto Regnum Dei: «A fundação das Fraternidades será feita mediante acordo entre o respectivo Ordinário do lugar e o Director-Geral»; Entrevista a D. João Alves, Bispo emérito de Coimbra, a 19 de Setembro de 2011: «Desorientados com a morte do Padre Fernando Maurício, apareceram-me à porta e eu acolhi-os. Apresentaram-me um projecto de evangelização que me agradou e comecei a pensar numa terra para eles. Eu estive a ver e pareceu-me melhor mandá-los para Águas de Moura [Praias do Sado], na zona da Setnave, que era uma terra operária que estava por evangelizar. Eles ficaram muito contentes e entregaram-se bastante bem».

²⁵⁰ cf. SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 152-153.

²⁵¹ cf. *Ibidem*, p. 223.

²⁵² cf. Lc 15, 11-32.

²⁵³ SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 276.

²⁵⁴ cf. SAKAPEDA, Zeferino Baptista – *A importância dos Padres Operários na Evangelização: Experiência na Região Pastoral de Setúbal*, p. 28; Entrevista a Pe. Manuel Ramalho, Padre da Diocese de Setúbal, a 13 de Abril de 2012: «As pessoas interrogavam-se sobre mim. O que faz um padre a trabalhar aqui no meio de nós?».

Uma das formas para se chegar aos operários, era através do jornal “Unidos Seremos Fortes” (USF). Este jornal, para além de reflectir sobre os problemas dos operários, como as questões relativas aos seus direitos e deveres²⁵⁵, procurava criar uma verdadeira comunidade consciente e activa. Era lido com muito interesse e passado de mão em mão, mas por não ter autorização oficial, acabou por ser encerrado²⁵⁶. De facto, o trabalho não se pode reduzir a um simples meio de obter rendimentos, pois ele diz também respeito à própria vocação do homem, enquanto imagem de Deus²⁵⁷. O trabalho encontra-se ligado à dignidade do homem, e é neste sentido que se fala dele como um direito. Contudo, sabemos que muitas vezes, o trabalho degrada o próprio homem, quando ele é forçado ou mal pago. Esta era uma preocupação do Instituto, que procurava através do jornal, alertar os operários para a realidade envolvente. Esta temática encontra-se presente na Doutrina Social da Igreja, que a vê ser desenvolvida posteriormente, pelo Papa João Paulo II na *Laborem Exercens*. Também o episcopado português viria a abordar esta temática:

«Vivem lado a lado – até nas mesmas pessoas – as concepções da sociedade pós-laboral, “sem trabalho”, e a obsessão idolátrica do trabalho, que destrói a família e desumaniza as relações interpessoais. Habitam, paredes meias, os beneficiários de remunerações muito altas e as vítimas de baixos salários, aliás sem razões válidas que expliquem tais desigualdades»²⁵⁸

Importa ainda salientar que o Instituto Regnum Dei, no ano lectivo 1968/69, admitiu novos membros «oriundos do Seminário da Guarda e que ficam em regime de estágio e formação: o Tenreira, o Cândido e o Vitor»²⁵⁹. Conforme afirma o agora Padre Manuel

²⁵⁵ cf. SAKAPEDA, Zeferino Baptista – *A importância dos Padres Operários na Evangelização: Experiência na Região Pastoral de Setúbal*, p. 29-30: «Nesse período já havia contractos, mas o que reinava nessa época eram apenas os deveres dos trabalhadores e não os direitos».

²⁵⁶ cf. Entrevista a Pe. Manuel Ramalho, Padre da Diocese de Setúbal, a 13 de Abril de 2012: «A PIDE começou a andar em cima de nós, indo mesmo às reuniões que nós fazíamos no jornal».

²⁵⁷ cf. COSTA, Alfredo Bruto da – “O trabalho na vocação do homem”. In *O trabalho humano na Doutrina Social da Igreja: Temas de reflexão*. Edição do Secretariado de Acção Pastoral de Lisboa, 1989/90, p. 8.

²⁵⁸ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *A Acção Social da Igreja*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1997, p. 5.

²⁵⁹ SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 281.

Ramalho (um dos membros do Instituto Regnum Dei), eram três seminaristas que se haviam incompatibilizado com os seus superiores na Guarda e que vieram pedir-lhes auxílio²⁶⁰.

2.3. O fim desta experiência pastoral e a necessidade de se fazer memória através do livro «Presença e Missão» de Elisário de Sousa

O fim do Instituto Regnum Dei ficou mais próximo, quando os seus membros começaram a aceitar que tinham-se deixado absorver pelos problemas sociais ou laborais e, que a pouco e pouco, haviam-se desligado do essencial: «dar uma visão cristã das atitudes, de maneira a sermos um elo de ligação entre Deus e os nossos colegas de trabalho»²⁶¹. E, apesar de sentirem o apoio da Igreja, queixavam dela por ter dificuldades em concretizar as propostas de abertura do II Concílio do Vaticano²⁶².

«Elemento significativo desta experiência pastoral foi a iniciativa de se auto-dissolver, em função da leitura crítica que os seus protagonistas então fizeram quer da evolução da Igreja, quer do próprio trabalho da comunidade»²⁶³

De facto, estavam a faltar aos membros do Instituto os meios de perseverança, para levar a sua missão por diante, segundo o carisma do seu fundador. A maior dificuldade residia na falta de oração, particularmente nos momentos em que ela fazia mais falta, como garante da continuidade dos resultados obtidos durante a missão²⁶⁴. Apesar de se sentirem atraídos

²⁶⁰ cf. Entrevista a Pe. Manuel Ramalho, Padre da Diocese de Setúbal, a 13 de Abril de 2012.

²⁶¹ SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 293.

²⁶² cf. *Ibidem*, p. 329: «Ao longo deste ano, conscientes da nossa responsabilidade, fomos procurando reflectir sobre tudo isto: estando no meio da massa, estaremos a ser verdadeiro fermento de Cristo e da Igreja? Entendemos que a Igreja não evolui, em termos conciliares. Mas ela tem o seu ritmo».

²⁶³ FONTES, Paulo – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, p. 255-256.

²⁶⁴ cf. *Ibidem*, p. 213.

para a acção pastoral e social, eles não estavam preparados interiormente. Também Jesus se preparava, através da oração, para o anúncio do Reino de Deus²⁶⁵.

«Tivemos graves lacunas na nossa vida: se somos enviados de Cristo, possuídos pelo Seu amor, como podemos dispensar verdadeiros, frequentes e fortes momentos de oração silenciosa, com o pretexto da acção inadiável? Ser, estar e orar terão de constituir um todo, na vida do evangelizador»²⁶⁶

Então, em Junho de 1970 e após alguns meses de ponderação, o Instituto Regnum Dei chegava ao fim²⁶⁷, dando a liberdade para que cada um dos seus membros seguisse um caminho que se aproprie à forma de viver a fé.

«Quando acabou o Instituto, todos aqueles que tinham sido ordenados, saíram. Ficou apenas um, o Ramalho que era leigo. E que se propôs para ser ordenado. Isto é muito curioso: os que eram padres, afastaram-se e o leigo decidiu avançar»²⁶⁸

Agora, enquanto grupo não poderiam prosseguir, pois arriscavam-se a comprometer a acção da Igreja. Conforme afirma D. Manuel Martins, o primeiro Bispo de Setúbal, «quando [o Instituto Regnum Dei] deixou de se abastecer da Água que dá vida, sentiu-se desfalecer até que morreu. Morrer, porém, não é o mesmo que não deixar fruto. Nas coisas de Deus, o fruto é da Sua responsabilidade»²⁶⁹. Faltou o equilíbrio entre Presença e Missão, que curiosamente viria a ser o título do livro lançado por Elisário de Sousa, um dos membros do Instituto²⁷⁰.

²⁶⁵ cf. Mc 1, 35: «De madrugada, ainda escuro, levantou-se e saiu; foi para um lugar solitário e ali se pôs em oração».

²⁶⁶ SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 332.

²⁶⁷ cf. Entrevista a D. João Alves, Bispo emérito de Coimbra, a 19 de Setembro de 2011: «Acredito que o Instituto possa ter falhado fundamentalmente por causa da morte do fundador».

²⁶⁸ Entrevista a D. João Alves, Bispo emérito de Coimbra, a 19 de Setembro de 2011.

²⁶⁹ SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, 9-p. 10.

²⁷⁰ cf. Entrevista a D. Manuel Martins, Bispo emérito de Setúbal, a 25 de Novembro de 2011: «Foi um aluno meu no Porto. Era um aluno muito bom que se deixou cativar pela proposta do Padre Fernando Maurício. Era uma proposta aliciante que ele aceitou. Hoje não é padre, mas tem uma boa formação teológica. Penso que terá mudado de ideias por ter saído daquele mundo que o protegia, para ir por caminhos que por um lado podiam ser aliciantes, pelo desafio e pela missão, mas por outro era perigoso porque podemos ficar desprotegidos e desistir. Penso que foi o que aconteceu com ele».

Quem viveu aquela experiência, quis agora recordá-la e partilhá-la, quase em forma de diário. A obra “Presença e Missão”²⁷¹, ao recordar o Instituto Regnum Dei, pretende que ele não caia no esquecimento, arriscando com isso, a perda de aspectos positivos e negativos que se viveram numa experiência pastoral concreta. São aspectos positivos e negativos que aconteceram e sobre os quais se poderão realizar reflexões, «para que se aproveitem uns e evitem outros»²⁷².

«No entanto, e à falta de estudos monográficos que permitam resgatar da ignorância ou do esquecimento muitas das realizações tidas e, simultaneamente, oferecer uma compreensão histórica da sua real importância, assinale-se o percurso de algumas figuras do clero, a partir de memórias e testemunhos publicados; percursos que se inscrevem numa malha mais vasta de pessoas e iniciativas que contribuiram, para moldar a história cultural do país»²⁷³

3. A evolução da Igreja de Setúbal no período pós-Regnum Dei

3.1. A criação da Diocese de Setúbal e a afirmação de D. Manuel Martins no campo social

Em 1975, chegava, por fim, a hora da criação da Diocese de Setúbal. Esta terra de missão²⁷⁴, como assumiu o seu primeiro bispo, D. Manuel da Silva Martins, era uma das mais pequenas do país (1500 km²), mas um verdadeiro desafio a nível populacional, por ser a quarta maior do país (600.000 habitantes) e com um índice de crescimento muito elevado²⁷⁵.

Afirma o prelado:

²⁷¹ cf. SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 339: «esta publicação (considerada demasiado factual) não só é oportuna como será um documento interessante para referenciar uma acção eclesial que, de alguma forma, foi um gesto importante após o Concílio, em Portugal».

²⁷² *Ibidem*, p. 15.

²⁷³ FONTES, Paulo – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, p. 279.

²⁷⁴ cf. COSTA, Rui Afonso da – “Diocese de Setúbal”. In AZEVEDO, Carlos (Org.) – *Dicionário de História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001-2002, p. 228: «Os condicionalismos eclesiais e socioculturais da prática religiosa conduziram o bispo a assumi-la como terra de missão e a desenvolver uma acção comprometida com as exigências de melhores condições para os cidadãos».

²⁷⁵ cf. TORRES, Alcídio – *História de uma crise: O grito do bispo de Setúbal*. Lisboa: Editorial Notícias, p. 20.

«Para toda esta zona, a criação da Diocese foi uma graça e um desafio. Graça, porque se tornou espaço privilegiado da acção do Espírito de Deus; desafio, porque tal graça se dá para serviço dos outros. E os outros aqui são principalmente os que não conhecem Jesus Cristo»²⁷⁶

No dia dedicado a Nossa Senhora do Carmo (16 de Julho de 1975), o Papa Paulo VI criava a Diocese de Setúbal pela Bula *Studentes Nos*. O território da nova Diocese correspondia à antiga Região Pastoral de Setúbal²⁷⁷, porém o Seminário de Almada e o Monumento do Cristo-Rei ainda ficavam integrados no Patriarcado de Lisboa, até ao ano de 1999²⁷⁸; e para seu primeiro Bispo, fora nomeado D. Manuel da Silva Martins, a 16 de Outubro do mesmo ano. Afirma um observador:

«Os desafios eram “mais que muitos”... E para os enfrentar havia sido nomeado um Bispo sem “experiência episcopal”, facto encarado como agravante e, além disso, era oriundo de uma zona catalogada como “reacionária”. Com muita fé, grande coragem e extraordinária determinação na bagagem, D. Manuel Martins instalou-se em Setúbal»²⁷⁹

Filho de Deolinda Martins e Domingos Silva²⁸⁰, Manuel da Silva Martins «nasceu em Leça do Balio, concelho de Matosinhos e distrito do Porto, a 20 de Janeiro de 1927»²⁸¹. Muito cedo, descobrira a vocação pelo sacerdócio, não influenciado pela família, porque era pouco dada à prática religiosa, mas pela forma entusiasmante como o Pároco Arnaldo Duarte exercia a sua missão²⁸².

«No dia 7 de Outubro de 1939, trinta e sete dias depois do eclodir da Segunda Guerra Mundial, Manuel dava entrada no Seminário de Trancoso, em Vila Nova de Gaia»²⁸³

²⁷⁶ MARTINS, D. Manuel da Silva – *Um modo de estar*. Setúbal: Cáritas diocesana de Setúbal, 1995, p. 87.

²⁷⁷ cf. TORRES, Alcídio – *D. Manuel Martins: A Esperança de um povo*. Lisboa: Âncora Editora, 2001, p. 35: «Dela fazem parte os concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo (incluindo as freguesias de Canha, Pegões e Sto. Isidro que pertenciam à arquidiocese de Évora), Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal. Do concelho de Alcácer apenas foi integrada a paróquia da Comporta, pertencente à arquidiocese de Évora, e a ponta de Tróia, freguesia de Melides, concelho de Grândola, até à data inserida na diocese de Beja».

²⁷⁸ cf. COSTA, Rui Afonso da – “Diocese de Setúbal”, p. 227-228.

²⁷⁹ DIAS, Manuel – *Conversas com D. Manuel Martins: Um Bispo incómodo*. Vila Nova de Gaia: Editora Ausência, 2003, p. 83.

²⁸⁰ cf. DUARTE, António de Sousa – *D. Manuel Martins: O Bispo de todos*. Lisboa: Âncora Editora, 2009, p. 23.

²⁸¹ TORRES, Alcídio – *História de uma crise: O grito do bispo de Setúbal*, p. 15.

²⁸² cf. DUARTE, António de Sousa – *D. Manuel Martins: O Bispo de todos*, p. 16.

²⁸³ *Ibidem*, p. 30.

Após doze anos de formação, Manuel da Silva Martins é ordenado padre em Santo Tirso, a 12 de Agosto de 1951. Mas antes de dar um contributo à Diocese do Porto, segue para Roma, para frequentar o curso de Direito Canónico, na Universidade Gregoriana, durante três anos. Concluído o curso, o Padre Manuel Martins é convidado a ocupar o lugar de vice-reitor do Seminário Maior do Porto²⁸⁴, até ser designado vigário-geral da Diocese do Porto, em 1969. Pelo meio, houve o período do exílio de D. António Ferreira Gomes, período em que é transferido para a Paróquia de Cedofeita (1960-1969)²⁸⁵.

«António, Bispo do Porto: quem se atreve a falar, hoje, deste bispo, sem sentir-se dominado por um sentimento de respeito? – O bispo da coragem, da palavra oportuna, do respeito pelo outro, do profundo amor à Igreja, levado até ao testemunho do exílio amargo. Eu quereria herdar deste bispo que escolhi para a minha ordenação, quanto é possível à minha pobreza, o empenhamento nos problemas dos homens, a coragem na tomada de posições necessárias, a lucidez nas orientações a dar o sentido de serviço total e desinteressado à Igreja»²⁸⁶

No dia 26 de Outubro de 1975, a Diocese de Setúbal, via ser ordenado o seu primeiro bispo, «na Igreja de Santa Maria da Graça, elevada à dignidade da igreja catedral, cuja titular é também a padroeira da diocese»²⁸⁷. Apesar da recepção calorosa de inúmeros fiéis ao novo bispo, muitos classificavam D. Manuel Martins como um “reaccionário”, vindo do norte. Todavia, para o ajudar na sua missão, contava com um clero relativamente jovem, que vivia junto das comunidades locais, exaltando os valores de paz e de fraternidade²⁸⁸. De facto, uma boa parte da população vivia longe do enquadramento eclesial do catolicismo e as palavras de D. Manuel Martins mostravam um homem com um profundo desejo de mudança:

«Nós escrevemos os títulos em letras grandes, mas não as miúdas que fazem os livros. A minha missão é mostrar às letras pequenas que a construção da história não é privilégio dos grandes»²⁸⁹

²⁸⁴ cf. DUARTE, António de Sousa – *D. Manuel Martins: O Bispo de todos*, p. 47-50.

²⁸⁵ cf. TORRES, Alcídio – *História de uma crise: O grito do bispo de Setúbal*, p. 15-16.

²⁸⁶ apud IDEM – *D. Manuel Martins: A Esperança de um povo*, p. 37.

²⁸⁷ COSTA, Rui Afonso da – “Diocese de Setúbal”, p. 228.

²⁸⁸ cf. TORRES, Alcídio – *D. Manuel Martins: A Esperança de um povo*, p. 36.

²⁸⁹ IDEM – *História de uma crise: O grito do bispo de Setúbal*, p. 18.

Grande parte da população de Setúbal era operária e vivia em condições de vida muito precárias, e se a Igreja não podia ficar indiferente a esta situação, quanto mais o bispo D. Manuel Martins²⁹⁰. Por isso, tomou imediatamente medidas em prol da justiça, manifestando publicamente as suas opiniões. Ele considerava a comunicação social como o primeiro dos poderes, daí que, soube utilizar muito bem este espaço concedido pelos media, para confrontar o poder político com a situação social²⁹¹. Curiosamente, em tempos ele tinha sido director na *Igreja Portucalense (1970-1975)*²⁹².

«“Um bispo que não incomoda não é um bom bispo!” Com esta expressão, D. Manuel Martins, além de procurar a solidariedade e a cumplicidade do povo para com o seu estilo missionário, tirava ao poder político espaço de reacção às suas denúncias e alertas constantes»²⁹³

Por outro lado, a D. Manuel Martins coube assumir por diversas vezes a presidência da Comissão Episcopal da Acção Social e Caritativa²⁹⁴. Em tempos de grave crise económica, como aconteceu em 1986, a população da Diocese de Setúbal sabia que podia contar com a presença e solidariedade deste bispo, depois de ver que ele procurava viver no meio do povo, de forma a escutar a sua voz e perceber os seus anseios e necessidades. Para a resolução das muitas questões sociais, muito contribuíram as obras sociais, onde se destaca a Cáritas diocesana, não só pelo seu testemunho mas também pelo seu trabalho profético, que tornaram a solidariedade activa numa das vertentes mais importantes da diocese²⁹⁵. Afirmo o Prof. Eugénio Fonseca, actual presidente nacional desta organização católica:

«Do Senhor Dom Manuel pode afirmar-se o que, nos dias de hoje, é bastante difícil dizer de muitas pessoas com diferentes responsabilidades: deixou crescer. Podeis imaginar as múltiplas oportunidades que tive de testemunhar gestos e palavras de D. Manuel pela defesa dos direitos dos mais pobres e injustiçados da vida»²⁹⁶

²⁹⁰ cf. SAKAPEDA, Zeferino Baptista – *A importância dos Padres Operários na Evangelização: Experiência na Região Pastoral de Setúbal*, p. 27.

²⁹¹ cf. MARTINS, D. Manuel da Silva – *Um modo de estar*, p. 6.

²⁹² cf. AZEVEDO, Carlos – *Igreja portucalense na recepção do II Concílio do Vaticano*. Porto: Diocese do Porto, 1998, p. 6-7.

²⁹³ TORRES, Alcídio – *D. Manuel Martins: A Esperança de um povo*, p. 31.

²⁹⁴ cf. *Ibidem*, p. 108.

²⁹⁵ cf. COSTA, Rui Afonso da – “Diocese de Setúbal”, p. 231.

²⁹⁶ CÁRITAS DIOCESANA DE SETÚBAL – *D. Manuel Martins: Um bispo resignatário mas não resignado*. Setúbal, p. 47.

Em 1998, chega ao fim o seu episcopado em Setúbal, e D. Gilberto Délio Gonçalves Canavarro dos Reis – nomeado em 23 de Abril do mesmo ano –, torna-se no seu sucessor à frente dos destinos da Diocese²⁹⁷. Quanto a D. Manuel Martins, volta para juntos dos seus familiares em Leça do Balio, deixando para trás mais de 23 anos de dedicação ao povo de Setúbal, como se depreende das muitas palavras que lhe foram dedicadas:

«A acção pastoral do 1º Bispo de Setúbal, D. Manuel Martins ao longo de 23 anos, marcou positivamente esta região e as suas gentes. Atento e disponível para os problemas humanos, a sua palavra e intervenção pessoal encaminhou soluções, confortando os sem esperança. A chamada sociedade civil beneficiou desta atitude e referenciou o Bispo por esta sua postura evangélica»²⁹⁸

3.2. Que frutos podemos recolher do Instituto Regnum Dei para a acção social da Igreja na actualidade?

Ao longo dos tempos, muitos foram os movimentos que deixaram marcas na Igreja e na sociedade. Todos eles, no seu tempo, haviam-se desenvolvido devido a uma atitude de escuta, de atenção perante a realidade em que viviam, de forma a se descobrir nela os sinais dos tempos. Em atenção a estes sinais, eles conseguiram dar passos largos, pois com a sua contribuição, participaram na construção da sociedade²⁹⁹. De igual modo, no século XX, alguns cristãos preocupados com a injustiça que caía sobre a classe operária, viram neste sinal, uma oportunidade de evangelização de uma realidade que se encontrava desencontrada da Igreja, provocando o aparecimento de alguns movimentos que marcaram a evolução da Igreja³⁰⁰.

²⁹⁷ cf. COSTA, Rui Afonso da – “Diocese de Setúbal”, p. 228.

²⁹⁸ CÁRITAS DIOCESANA DE SETÚBAL – *D. Manuel Martins: Um bispo resignatário mas não resignado*, p. 5.

²⁹⁹ cf. FONTES, Paulo – “Doutrina Social da Igreja em Portugal: reflexões para um debate acerca da cidadania”, p. 177-181.

³⁰⁰ cf. SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 25.

«Compete a nós, cristãos, com o Evangelho nas mãos, sem medo (até de que nos chamem nomes) ouvir e comungar apelos e procurar transformar as estruturas sociais de tal forma que nenhum homem se sinta mais estrangeiro nesta terra que foi dada por Deus a todos»³⁰¹

É nesta linha que conseguimos compreender o porquê do surgimento do Instituto Regnum Dei, como uma realidade inovadora na Igreja e um motivo de esperança, particularmente para a evangelização da classe operária³⁰². Na verdade, cada membro sentia que a Igreja estava longe do mundo e por isso foram para o mundo a fim de o trazer para a Igreja. No mundo estiveram com os mais vulneráveis – os operários – sendo para eles, sinais do amor de Deus. Eles foram chamados a servir a Igreja no Instituto com dedicação e entusiasmo, deixando-nos o testemunho e o serviço, já que no fim, tudo não passou de uma tentativa inovadora³⁰³.

«Aquilo que fica do tempo do Instituto Regnum Dei é a presença entre os trabalhadores. Muitos deles tinham ideias negativas dos padres e nem sequer conseguiam aproximar-se deles. Na verdade, pelo facto dos padres não lidarem com os operários, como consequência não conseguiam compreender os seus problemas. Contudo, a nossa presença entre eles mudou mentalidades e mostrou uma Igreja diferente»³⁰⁴

Para D. João Alves, «o marco que levou ao encerramento do Instituto Regnum Dei foi a morte do Padre Fernando Maurício, mas embora tendo caído o Instituto, os princípios não morreram»³⁰⁵. De facto, morrendo o fundador logo no início da fundação do Instituto, era difícil aparecer alguém capaz de agarrar o Instituto Regnum Dei. Todavia, enquanto persistiu, o Instituto Regnum Dei foi um sinal de Deus para a Igreja de Setúbal e como qualquer sinal que venha da parte d'Ele, certamente deixou frutos³⁰⁶. A Igreja de Setúbal teve o crescimento

³⁰¹ DIAS, Manuel – *Conversas com D. Manuel Martins: Um Bispo incómodo*, p. 8.

³⁰² cf. SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*, p. 331.

³⁰³ cf. SAKAPEDA, Zeferino Baptista – *A importância dos Padres Operários na Evangelização: Experiência na Região Pastoral de Setúbal*, p. 53-54.

³⁰⁴ Entrevista a Pe. Manuel Ramalho, Padre da Diocese de Setúbal, a 13 de Abril de 2012.

³⁰⁵ Entrevista a D. João Alves, Bispo emérito de Coimbra, a 19 de Setembro de 2011.

³⁰⁶ cf. Entrevista a D. Manuel Martins, Bispo emérito de Setúbal, a 25 de Novembro de 2011: «É impressionante que na nossa vida pastoral, fica sempre qualquer coisa do sítio por onde se passou. O Padre Manuel Ramalho é

que teve, muito graças ao testemunho que muitos padres deram, nomeadamente os padres operários, pois davam testemunho da Igreja trabalhando junto daqueles que mais longe estavam dela. Graças a este contributo, a Igreja foi crescendo naturalmente³⁰⁷. E a sua acção impulsionou outras iniciativas:

«Muito mudou em Setúbal até aos nossos dias. Graças a D. Manuel Martins, que assumiu um papel muito importante, com a tomada de várias posições no campo social, que conseguiram abrir a Igreja à realidade envolvente, mudando a sua imagem no mundo e cativando os jovens»³⁰⁸

A crise no trabalho é uma realidade que ainda hoje permanece, com o encerramento de muitas fábricas que empurra muita gente para o desemprego. Sem trabalho, acabam sempre por sofrer os mais indefesos, ficando assim difícil encontrar soluções para resolver os problemas familiares³⁰⁹. Por isso, também hoje, muitos cristãos continuam a ser chamados a ser sinal de esperança no meio dos homens, como o foram no seu tempo, os membros do Instituto Regnum Dei. Assim sendo, enquanto houver cristãos vocacionados a dar respostas aos problemas do mundo actual, dispostos a lutar pela dignidade da pessoa humana, poderemos afirmar que os princípios do Instituto Regnum Dei não morreram e que os seus frutos persistem nos frutos dos cristãos de hoje.

«Que a Igreja no Mundo arrastará sempre consigo, isto é, nos seus membros, o peso dos pecados do Mundo, é verdade da História e da Fé. É até a sua razão de ser, como a da vinda do Redentor. O Senhor mesmo disse que vinha, não pelos justos, mas pelos pecadores»³¹⁰

exemplo disso mesmo. Pela sua simplicidade, vê-se nele a riqueza que apreendeu e trouxe do tempo do Regnum Dei».

³⁰⁷ cf. Entrevista a D. Manuel Martins, Bispo emérito de Setúbal, a 25 de Novembro de 2011.

³⁰⁸ Entrevista a D. João Alves, Bispo emérito de Coimbra, a 19 de Setembro de 2011.

³⁰⁹ cf. SAKAPEDA, Zeferino Baptista – *A importância dos Padres Operários na Evangelização: Experiência na Região Pastoral de Setúbal*, p. 49.

³¹⁰ CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – “A Igreja na crise actual” (Natal de 1969). In CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais. Volume VII (1964-70)*, p. 107.

CONCLUSÃO

Depois de tudo o que foi escrito, só uma conclusão há a tirar: «se não tiver amor, nada sou»³¹¹. De facto, as palavras de São Paulo aplicam-se àquilo que foi a vivência da caridade no seio do Instituto Regnum Dei. O testemunho rico dos seus membros, fazem crer que, aqueles sete anos por muito que saibam a pouco, foram vividos de uma forma tão intensa, que ainda hoje são capazes de evangelizar, particularmente aqueles que se aproximam desta história. É difícil ficar indiferente a tamanha história de entrega à Igreja e aos irmãos.

«a caridade cristã tem em si própria uma grande força evangelizadora, é palavra potente, capaz de trespassar os corações. No entanto, a caridade também exige palavras, inspira palavras, porque chega o tempo em que o silêncio é cumplicidade com o pecado, em que o calar é delito. O profeta, qual sentinela, deve falar e não calar, para denunciar as feridas infligidas à caridade e à justiça»³¹²

Como vimos, há uma estreita ligação entre caridade e justiça. Ora, do mesmo modo que a caridade se manifesta no amor pelos irmãos, a justiça está patente no amor pelos direitos dos irmãos. Inevitavelmente, quando os membros do Instituto Regnum Dei viviam a caridade para com os operários, eles não evangelizavam só por meio dela, mas procuravam que a caridade se fizesse acompanhar da justiça, de forma a denunciar com verdade as ofensas a que assistiam naquela realidade operária. Esta ligação também se encontra expressa, pelo Papa Bento XVI, na *Caritas in Veritate*:

«Tal doutrina é “caritas in veritate in re sociali”, ou seja, proclamação da verdade do amor de Cristo na sociedade; é serviço da caridade, mas na verdade. Esta preserva e exprime a força libertadora da caridade nas vicissitudes sempre novas da história [...] O desenvolvimento, o bem-estar social, uma solução adequada dos graves problemas

³¹¹ 1 Cor 13, 2.

³¹² MANICARDI, Luciano – *A Caridade dá que fazer: Redescobrimo a atualidade das «Obras de misericórdia»*. Prior Velho: Paulinas, 2010, p. 33.

sócio-económicos que afligem a humanidade precisam desta verdade. Mais ainda, necessitam que tal verdade seja amada e testemunhada»³¹³

A caridade e a verdade, de que nos fala o Papa Bento XVI, mostra-nos que elas não se encontram só presentes no coração da missão de Cristo na terra, elas também definem a vida e a acção da pessoa humana. A sociedade humana mudou muito ao longo dos anos, sempre com novos problemas sociais e até com a própria vida da humanidade, e nestas situações de mudança, as encíclicas sociais dos Papas preencheram a necessidade de actualizar os princípios da Doutrina Social da Igreja. As encíclicas indicam sempre qual a questão que era considerada prioritária pelo Papa num dado momento da história³¹⁴.

«De Leão XIII a João Paulo II alargaram-se os horizontes de reflexão e, portanto, os conteúdos e problemáticas abordados pelos papas [...] E evoluíram também os métodos e agentes de acção – da simples postura doutrinal de papas e bispos para a militância activa de um imenso laicado permanente vigilante e empenhado»³¹⁵

Portanto, a doutrina social na *Rerum Novarum* de Leão XIII, que tivemos oportunidade de estudar no primeiro capítulo, seria escassa se os cristãos não tivessem escutado as suas palavras, com vista a uma “militância activa” no mundo. O Instituto Regnum Dei revelou uma preocupação pela questão operária, principalmente quando realizou a sua missão na Região Pastoral de Setúbal, pelo facto de terem reconhecido que no mundo operário estava a zona descristianizada, a que se tinham comprometido evangelizar. Contudo, pela *Rerum Novarum*, constatamos que esta preocupação pela questão operária não foi uma novidade que surgiu com o Instituto Regnum Dei, dado que a Igreja sempre a acompanhou com preocupação. Por isso, seria mais fácil tentar apurar o inverso: se esta encíclica teve alguma influência no modo como o Instituto desempenhou a sua missão.

Da forma como a sociedade se desenvolveu até à fundação do Instituto Regnum Dei, não podemos correr o risco de afirmar que só a encíclica *Rerum Novarum* é que influenciou

³¹³ BENTO XVI – *Caritas in Veritate*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2009, nº 5.

³¹⁴ cf. *Ibidem*, nº 12.

³¹⁵ SARDICA, José – “A recepção da doutrina social de Leão XIII em Portugal”, p. 369.

directa ou indirectamente a missão do Instituto. Isto porque, embora esta encíclica direcione a sua preocupação para a realidade operária, até ao surgimento do Instituto Regnum Dei, muitas foram as encíclicas que iam surgindo, cada uma com a sua novidade, sempre com novos temas e questões, que vieram depois a incorporar toda uma reflexão teológica. Por isso, consoante a vida da humanidade se ia alterando, as encíclicas papais procuravam expor as inquietações daquele momento da história. Portanto, aquilo que numa perspectiva inicial da reflexão teológica, poderíamos considerar a “questão operária” como a prioridade da acção social da Igreja, passava-se logo para outra reflexão, por exemplo sobre o “desenvolvimento dos povos”. E, é inevitável que toda esta reflexão tenha chegado ao Instituto Regnum Dei e influenciado a sua forma de missão no mundo.

Curiosamente, o início da experiência do Instituto Regnum Dei coincide com os anos do II Concílio do Vaticano. Com a Igreja em transformação, era natural que muitas das preocupações discutidas pelos padres conciliares, fossem também preocupações dos membros do Instituto Regnum Dei. Conforme pedia a *Gaudium et Spes* a todos os cristãos:

«As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos nossos contemporâneos, sobretudo dos pobres e de todos os aflitos, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo»³¹⁶

Juntamente com esta orientação, deve ter sido com muita alegria, que os membros do Instituto receberam as palavras da *Presbyterorum Ordinis*, quando esta reconhecia a importância da presença da Igreja no mundo dos operários, admitindo assim que o seu trabalho junto dos operários podia também ser uma actividade sacerdotal³¹⁷. Daí que seja um dever, encarar as orientações do II Concílio do Vaticano como uma influência na própria acção do Instituto, particularmente na Região Pastoral de Setúbal. Na verdade, existia uma grande ligação entre o Concílio e o Instituto Regnum Dei. Prova disso mesmo, é que quando o

³¹⁶ II CONCÍLIO DO VATICANO – “*Gaudium et Spes*”, p. 316.

³¹⁷ IDEM – *Presbyterorum Ordinis*, nº 8.

Instituto chegou a fim, os seus membros queixavam-se da grande dificuldade que havia na Igreja, em concretizar as propostas de abertura do II Concílio do Vaticano.

Por fim, apesar do Instituto Regnum Dei não ter persistido, não podemos menosprezar o esforço do seu fundador, o Padre Fernando Maurício, em querer levar a Boa Nova às zonas consideradas descristianizadas. Ele conseguiu desinstalar um bom grupo de rapazes, de Norte a Sul do País, que deixaram as suas ocupações, para se aliarem à sua preocupação pela necessidade de evangelização. Os membros do Instituto Regnum Dei, lançando-se numa experiência incerta, trouxeram uma novidade para a Igreja em Portugal, ao constituírem a primeira equipa operária de padres e leigos a trabalhar juntos na evangelização em Portugal das zonas descristianizadas. Esta experiência, ao fim de sete anos chegou ao fim, mas não se destrói a ideia, daquilo que o Instituto poderia ter sido, se não tivesse ocorrido a morte do seu fundador.

A opção do Instituto Regnum Dei pelo mundo operário, quando vieram para a Região Pastoral de Setúbal, pode ter derivado do reconhecimento que fizeram, do distanciamento da realidade operária em relação à Igreja. Não era difícil chegar a esta conclusão, pois cada vez mais a realidade operária se assumia como uma realidade descristianizada e a precisar de uma urgente presença da Igreja. Todavia, a evangelização do mundo operário, não devia ficar só pela experiência do Instituto Regnum Dei, mas ser uma preocupação para toda a Igreja. Afinal, a Igreja recebeu o mandato de ir pelo mundo anunciar a Boa Nova³¹⁸. E o primeiro Bispo de Setúbal, D. Manuel Martins, foi um verdadeiro modelo nesta missão, levando e sendo sempre sinal de esperança, nas dificuldades que o povo da Diocese de Setúbal, que lhe havia sido confiado, atravessava.

A Igreja, pelo lugar que ocupa na sociedade, deve aproveitar essa influência para pô-la ao serviço do bem comum, procurando proteger os mais desprotegidos da sociedade. Neste mundo, ela deve ser o amparo que os homens precisam para chegar até Deus. Hoje, o homem

³¹⁸ cf. Mc 16, 15.

enfrenta muitos dramas, mas a origem de todos eles está na incapacidade em reconhecer a sua condição de criatura aberta essencialmente ao mistério do Deus vivo e pessoal. Especialmente aqui, a evangelização é uma graça e um dever para cada cristão. Afirma o actual Bispo de Setúbal:

«É preciso que cada discípulo de Jesus viva evangelicamente, no seguimento de Jesus, atento à vida e a acção do Espírito de Jesus, de forma que a sua vida (gestos e palavras), fale por si, seja significativa, leve a gente a perguntar: porque vive esta pessoa assim? Talvez aqui tenhamos nós de nos perguntar: que estilo de vida pode, hoje, chamar a atenção do homem moderno? [...] Neste contexto, o cristão precisa de conhecer bem as razões da sua fé para ser capaz de olhar criticamente a sociedade e cultura em que vive e para poder ajudar os seus contemporâneos na busca de valores perenes e na construção duma sociedade mais humana»³¹⁹

³¹⁹ REIS, D. Gilberto Canavarro dos – *Setúbal, convoco-te para a missão: Exortação pastoral sobre a Evangelização*, 2001, p. 15-16.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1. Fontes escritas

II CONCÍLIO DO VATICANO – *Presbyterorum Ordinis*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1998, p. 340-392.

SOUSA, Elisário – *Presença e Missão: Narrativa e reflexões de uma equipa de leigos e padres-operários*. Porto: Sòlivros de Portugal, 1998.

STILWELL, Peter (Org.) – *Os caminhos da Justiça e da Paz. Doutrina Social da Igreja. Documentos de 1891 a 1991*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2002.

1.2. Fontes orais

Entrevista a D. João Alves, Bispo emérito de Coimbra, a 19 de Setembro de 2011.

Entrevista a D. Manuel Martins, Bispo emérito de Setúbal, a 25 de Novembro de 2011.

Entrevista a Pe. Manuel Ramalho, Padre da Diocese de Setúbal, a 13 de Abril de 2012.

2. Estudos

ALMEIDA, Roque de – *Para ler a História da Igreja em Portugal*. Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1996.

- AUBERT, R.; KNOWLES, M. D.; ROGIER, L. J. – *Nouvelle Histoire de l’Eglise. L’Eglise dans le monde moderne (1848 à nos jours)*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.
- AZEVEDO, Carlos – *Igreja portugalense na recepção do II Concílio do Vaticano*. Porto: Diocese do Porto, 1998.
- BENTO XVI – *Caritas in Veritate*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2009.
- BIBLIA SAGRADA, Lisboa: Difusora Bíblica, 2002.
- CALVEZ, Jean-Yves – “A Doutrina Social da Igreja da *Populorum Progressio* à *Deus Caritas Est*”. *Didaskalia* 37, nº 2 (2007). Lisboa, p. 217-227.
- CAMACHO, Ildefonso – *Doctrina Social de la Iglesia: Una aproximación histórica*. Madrid: Ediciones Paulinas, 1991.
- CAMACHO, Ildefonso – *La enciclica “Rerum Novarum”: Su proceso de elaboración a traves de los sucesivos textos preparatórios*. Granada: Facultad de Teologia, 1984.
- CÁRITAS DIOCESANA DE SETÚBAL – *D. Manuel Martins: Um bispo resignatário mas não resignado*. Setúbal.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *O padre e a hora actual: Discursos ao clero*. Olivais: Ed. de *Novellae Olivarum*, 1961.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Obras pastorais*. Volume I-VII. Lisboa: União Gráfica, 1936-1970.
- CHENU, Marie-Dominique – *Povo de Deus no mundo*. Lisboa: Livr. Morais, 1969.
- CLEMENTE, Manuel – “A sociedade portuguesa à data da publicação da *Rerum Novarum*: o sentimento católico”. *Lusitania Sacra* 6 (1994), p. 47-60.
- CLEMENTE, Manuel – *A Igreja no tempo: História breve da Igreja Católica*. Lisboa: Grifo.
- CLEMENTE, Manuel – *Os Papas do século XX*. Apelação: Paulus Editora, 2004.
- COMBY, Jean – *Para ler a História da Igreja: Da Revolução Francesa (1789) aos nossos dias*. Porto: Editorial Perpétuo Socorro.

- COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – *Gaudium et Spes: uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*. Lisboa: Rei dos Livros, 1988.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *A Acção Social da Igreja*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1997.
- CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ – *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Cascais: Principia, 2005.
- COSTA, Alfredo Bruto da – “O trabalho na vocação do homem”. In *O trabalho humano na Doutrina Social da Igreja: Temas de reflexão*. Edição do Secretariado de Acção Pastoral de Lisboa, 1989/90, p. 6-12.
- COSTA, Rui Afonso da – “Diocese de Setúbal”. In AZEVEDO, Carlos (Org.) – *Dicionário de História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001-2002, p. 227-231.
- DIAS, Manuel – *Conversas com D. Manuel Martins: Um Bispo incómodo*. Vila Nova de Gaia: Editora Ausência, 2003.
- DUARTE, António de Sousa – *D. Manuel Martins: O Bispo de todos*. Lisboa: Âncora Editora, 2009.
- ESTEVÃO, Nuno – “O tempo e o modo. Revista de pensamento e acção (1963-1967): Repercussões eclesiológicas de uma cultura de diálogo”. *Lusitania Sacra* 6 (1994), p. 129-294.
- FERREIRA, António Matos – “Questions autour de la répercussion au Portugal (1891-1911) de l’encyclique *Rerum Novarum*”. *Collection de l’école française de Rome* 232. Roma: École Française de Rome, 1997, p. 443-464.
- FERREIRA, António Matos – *Perspectivas sobre o catolicismo no Portugal Contemporâneo: 1820-1958*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1988.
- FONSECA, Eugénio José da Cruz – *A acção caritativa da Igreja. Elemento de reflexão teológica e pastoral a partir do contexto português*. Prior Velho: Paulinas, 2011.

- FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja em Portugal”. *Lusitania Sacra* 6 (1994), p. 61-100.
- FONTES, Paulo – “A Doutrina Social da Igreja numa perspectiva histórica”. In *Questões sociais, desenvolvimento e política: curso de Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 63-98.
- FONTES, Paulo – “Doutrina Social da Igreja em Portugal: reflexões para um debate acerca da cidadania”. In *Cidadania pessoal responsabilidade colectiva*. Lisboa: Paulinas, 2001, p. 153-181.
- FONTES, Paulo – “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Org.) – *História religiosa de Portugal. Religião e Secularização (Volume III)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 129-351.
- FRANZEN, August – *Breve História da Igreja*. Tradução de Manuela Ribeiro Sanches. Lisboa: Presença, 1996.
- GALLI, A.; GRANDI, D. – *História da Igreja*. Lisboa: Edições Paulistas, 1964.
- GONÇALVES, Nuno – “Doutrina Social da Igreja – Actualidade para a Europa”. In *Corpo e Espírito da Europa*. Lisboa: Verbo, 1990, p. 143-155.
- HILARIE, Yves-Marie – “Rome, capitale de l’Italie et d’un univers à christianiser”. In HILARIE, Yves-Marie (Org.) – *Histoire de la Papauté: 2000 ans de mission et de tribulations*. Paris: Éditions Tallandier, 1996, p. 375-495.
- KLOPPENBURG, Frei Boaventura – *Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Editora Vozes, 1963.
- MAFRA, Luís de Azevedo – *Lisboa no tempo do Cardeal Cerejeira: um testemunho*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 1997.
- MANICARDI, Luciano – *A Caridade dá que fazer: Redescobrimo a atualidade das «Obras de misericórdia»*. Prior Velho: Paulinas, 2010.
- MARTINS, D. Manuel da Silva – *Um modo de estar*. Setúbal: Cáritas diocesana de Setúbal, 1995.

- MATOS, Luís Salgado de – “D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1929-1971)”. In AZEVEDO, Carlos (Org.) – *Os patriarcas de Lisboa*. Lisboa: Aletheia Editores, 2009, p. 143-160.
- NEVES, Moreira das – *Cardeal Cerejeira: O homem e a obra*. Lisboa: Rei dos Livros, 1988.
- OLIVEIRA, Miguel de – *História da Igreja*. Lisboa: União Gráfica, 1959.
- OLIVEIRA, Miguel de – *História eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994.
- PEREIRA, Fernando Micael – “Da questão operária ao desenvolvimento dos povos”. In *Corpo e Espírito da Europa*. Lisboa: Verbo, 1990, p. 183-190.
- PIERRARD, Pierre – *História da Igreja*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.
- POLICARPO, José da Cruz – “*Sinais dos Tempos*”: *Génese histórica e interpretação teológica*. Lisboa: Livr. Sampedro, 1971.
- PROENÇA, José João Gonçalves de – *O estatuto do trabalho nacional e a doutrina social da Igreja*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1962.
- REIS, D. Gilberto Canavarro dos – *Setúbal, convoco-te para a missão: Exortação pastoral sobre a Evangelização*, 2001.
- RIBEIRO, António; COSTA, Manuel da Silva – *A Igreja do presente e do futuro: História do Concílio Ecuménico Vaticano II*. Lisboa: Estampa.
- SAKAPEDA, Zeferino Baptista – *A importância dos Padres Operários na Evangelização: Experiência na Região Pastoral de Setúbal*. Dissertação de Mestrado Integrado em Teologia orientada pelo Prof. António Matos Ferreira. Lisboa: Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2009.
- SARDICA, José – “A recepção da doutrina social de Leão XIII em Portugal”. *Lusitania Sacra* 16 (2004), p. 367-383.
- TORRES, Alcídio – *D. Manuel Martins: A Esperança de um povo*. Lisboa: Âncora Editora, 2001.

TORRES, Alcídio – *História de uma crise: O grito do bispo de Setúbal*. Lisboa: Editorial Notícias.

TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993.

TRINDADE, Manuel de Almeida – *O Vaticano II: 20 anos depois*. Figueira da Foz: Centro Ecuménico Reconciliação, 1986.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A QUESTÃO SOCIAL NA IGREJA DESDE LEÃO XIII E A SUA EVOLUÇÃO ATÉ AO II CONCÍLIO DO VATICANO	3
1. A problemática social em Leão XIII com a encíclica <i>Rerum Novarum</i>	3
1.1. Leão XIII, o Papa dos trabalhadores	3
1.2. A <i>Rerum Novarum</i> : a “magna carta” da Doutrina Social da Igreja	6
2. A situação da Igreja em Portugal e o modelo do corporativismo do Papa Pio XI	12
2.1. A Igreja em Portugal no início do século XX	12
2.2. O Papa Pio XI e a <i>Quadragesimo Anno</i>	14
CAPÍTULO II - A FORMULAÇÃO DO II CONCÍLIO DO VATICANO ACERCA DA QUESTÃO SOCIAL E A SUA RECEPÇÃO EM PORTUGAL	18
1. Os Papas do II Concílio do Vaticano: o carismático João XXIII e a intervenção de Paulo VI	18
1.1. As encíclicas <i>Mater et Magistra</i> e <i>Pacem in Terris</i> de João XXIII	18
1.1.1. João XXIII, um Papa de transição	18
1.1.2. As encíclicas <i>Mater et Magistra</i> e <i>Pacem in Terris</i>	20
1.2. O Papa Paulo VI e as encíclicas pós-conciliares <i>Populorum Progressio</i> e <i>Octogesima Adveniens</i>	23
2. A preocupação pela questão social no II Concílio do Vaticano: a <i>Gaudium et Spes</i> e a leitura dos sinais dos tempos	27
3. A dinâmica socio-ecclesial portuguesa e a recepção do II Concílio do Vaticano	31

CAPÍTULO III - DA FUNDAÇÃO À EXTINÇÃO DO INSTITUTO REGNUM DEI (1963-1970) E OS SEUS FRUTOS PARA A IGREJA DE SETÚBAL.....	35
1. Uma breve contextualização histórica do Patriarcado de Lisboa no tempo do Instituto Regnum Dei.....	35
1.1. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa (1929-1971)	36
1.2. A realidade socio-ecclesial do Patriarcado de Lisboa	39
2. Da génese do Instituto Regnum Dei à sua extinção (1963-1970)	45
2.1. O Padre Fernando Maurício: do carisma do fundador à criação do Instituto Regnum Dei	45
2.2. A experiência de evangelização do Instituto Regnum Dei na Região Pastoral de Setúbal	50
2.3. O fim desta experiência pastoral e a necessidade de se fazer memória através do livro «Presença e Missão» de Elisário de Sousa.....	54
3. A evolução da Igreja de Setúbal no período pós-Regnum Dei.....	56
3.1. A criação da Diocese de Setúbal e a afirmação de D. Manuel Martins no campo social	56
3.2. Que frutos podemos recolher do Instituto Regnum Dei para a acção social da Igreja na actualidade?	60
CONCLUSÃO.....	63
BIBLIOGRAFIA	68
ÍNDICE.....	74